

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

Programa de Estudos Pós Graduados em Educação: História, Política, Sociedade

Jaqueleine Conceição da Silva

**Formação de jovens em situação de vulnerabilidade social: análise das propostas de trabalho desenvolvidas pelas ONGs na cidade de São Paulo**

São Paulo

2014

**Jaqueline Conceição da Silva**

**Formação de jovens em situação de vulnerabilidade social: análise das propostas de trabalho desenvolvidas pelas ONGs na cidade de São Paulo**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Antônio Giovinazzo Júnior.

**São Paulo  
2014**

**Banca Examinadora:**

---

**Professor Doutor Carlos Antônio Giovinazzo Júnior (orientador) – PUC/SP**

---

**Professor Doutor José Geraldo Silveira Bueno – PUC/SP**

---

**Professor Doutor Alex Moreira Carvalho – Mackenzie/SP**

Dedico ao João e ao Pedro: meus amores (nossos destinos foram traçados na maternidade). Ao Marcos: você é minha poesia e minha razão. E a todos os jovens/as sonhadores/as que ousam acreditar e lutar.

## **Agradecimentos**

A minha família: minhas cunhadas Katia e Ane (obrigado por ter ajudando cuidando dos meninos nos momentos mais malucos); minha sogra e meu sogro, Maria e Valdomiro; a minha irmã Maira; minha mãe Maisa (te amo Mãe); ao Marcos, meu companheiro, sem você jamais eu teria ousado vencer os dois anos que se passaram; e ao João e Pedro, meus meninos, que na sua ingenuidade infantil, fizeram parte da construção desta dissertação.

Aos meus amigos: Douglas Araujo, Camila Pinheiro, Talita Amâncio, Denise Mak, Tati Ivanovici, Kleber Simões, Maria Aparecida de Menezes (minha orientadora da graduação, e que hoje tenho o privilégio de chamar de amiga), Geane Botarelli, Sandra Sanches, Luciane Stzatkoski, Leandro Aice Man, Washington Góes, Débora Firmino, Nicolau Soares e Cristina Simões.

A Betinha: minha querida, todas as palavras do mundo são poucas ante sua generosidade infinita. Muito obrigada.

Aos professores do EHPS: em especial o Zé Geraldo, Alda, Luciana e Kazumi (obrigada pela paciência, crença e apoio).

Aos professores doutores que contribuíram de forma generosa e profissional com esta pesquisa, na fase da qualificação, e agora na defesa: Profº Dr. Alex Moreira Carvalho e Profº Dr. José Geraldo Silveira Bueno.

Ao meu orientador Carlos (Professor Doutor Carlos Antônio Giovinazzo Júnior): minha gratidão começa em agosto de 2007, no inicio da graduação em Pedagogia e se estende até o final do mestrado – obrigada pela paciência, generosidade, apoio, orientação, ensinamentos. Muito obrigada.

Ao CAPES e a população brasileira, por terem custeados os dois anos de estudo e pesquisa que resultaram nesta dissertação.

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o trabalho socioeducativo realizado por Organizações Não Governamentais (ONGs) na cidade de São Paulo com jovens entre 15 e 24 anos. Realizou-se a coleta de informações nos sítios eletrônicos das organizações selecionadas (objetivos, áreas de atuação, propostas de ações e fonte de financiamento), no Mapa da Exclusão Social da Cidade de São Paulo e no Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo (organização territorial da cidade, divisão dos distritos conforme infraestrutura oferecida à população e distribuição da população juvenil pelo município). Em relação ao referencial teórico, buscou-se um que permitisse a reflexão sobre o caráter formativo da socioeducação e sobre a violência e a desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira, e que podem ser considerados traços da barbárie ainda presente, bem como que possibilitasse a compreensão das implicações do trabalho realizado pelas ONGs na formação da juventude. Assim, a partir do exame das propostas de ações desenvolvidas por estas ONGs, e tomando como referência a reflexão que os autores da Teoria Crítica fazem acerca da sociedade de base tecnológica do capitalismo tardio, objetiva-se compreender a relação entre a formação da juventude e o atendimento oferecido, em caráter de socioeducação, aos jovens pobres moradores na cidade de São Paulo. A análise dos dados permite concluir que as propostas de socioeducação descritas pelas ONGs em seus sítios eletrônicos apontam que tais propostas de ações socioeducativas têm por objetivo central o enquadramento de tais jovens nas normas morais e regras sociais da sociedade burguesa e industrial, definindo para eles o papel de jovens trabalhadores.

**Palavras-chave:** formação; juventude; socioeducação; organizações não governamentais, vulnerabilidade social.

## **ABSTRAC**

This research aims to analyze the socio-educational work of Non-Governmental Organizations (NGOs) in the city of São Paulo with young people between 15 and 24 years. Conducted to collect information in the websites of selected organizations (objectives , operating areas, action proposals and funding source) , on the Map of Social Exclusion and the Map of Youth, both of the city of São Paulo (territorial organization of the city , district division as infrastructure offered to the population and distribution of the youth population trough the municipality). Regarding the theoretical framework, was sought one that would allow reflection on the formative character of socioeducation and on violence and inequality that characterizes Brazilian society , and that can be considered traces of the barbarism still present, as well as that would allow the understanding of implications of the work done by NGOs in the formation of youth. Thus, from an examination of the action proposals developed by these NGOs , and with reference to the reflection that the authors of Critical Theory do about the technology-based society of late capitalism , the objective is to understand the relationship between youth formation and the care offered in socioeducation, to the poor young residents in the city of São Paulo. The data analysis supports the conclusion that the socioeducation proposals described by NGOs in their electronic sites indicate that such proposals have the central objective the conformation of such youth in moral norms and social rules of bourgeois and industrial society, defining for them the role of youth workers .

**Keywords :** formation ; youth; socioeducation ; non-governmental organizations, social vulnerability .

## **Sumário**

<b>Introdução .....</b>	13
<b>Capítulo 1 – Teoria Crítica da Sociedade e socioeducação: reflexão sobre a formação do jovem em situação de vulnerabilidade social.....</b>	17
1.1 – Revisão bibliográfica.....	18
1.2 – Socioeducação.....	22
1.3 – Vulnerabilidade social.....	26
<b>Capítulo 2 – Delineamento da pesquisa: as ONGs e suas propostas de atuação.....</b>	30
2.1 – Objetivos.....	31
2.2 – Hipóteses.....	32
2.3 – Procedimentos de pesquisa: categorização, coleta e tratamento de dados.....	32
2.4 – Nível de privação juvenil.....	34
<b>Capítulo 3 – Perfil das organizações não governamentais que atuam com jovens na cidade de São Paulo.....</b>	38
3.1 – Caracterização.....	38
3.2 – Faixa etária dos jovens atendidos.....	46
3.3 – Área de atuação das ONGs.....	51
<b>Capítulo 4 – O papel das ONGs: formação, controle e barbárie.....</b>	55
4.1 – A relação entre o Estado e organizações não governamentais.....	55
4.2 – Os dois lados da mesma moeda.....	60

<b>Considerações finais.....</b>	<b>71</b>
<b>Referências.....</b>	<b>74</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>.80</b>

## **Lista de tabelas**

Tabela 1.....	40
Tabela 2.....	41
Tabela 3.....	41
Tabela 4.....	42
Tabela 5.....	44
Tabela 6.....	47
Tabela 7.....	50
Tabela 8.....	53

## **Lista de figuras**

Figura 1.....	35
---------------	----

## **Lista de quadros**

Quadro 1.....	20
Quadro 2.....	36
Quadro 3.....	48
Quadro 4.....	61
Quadro 5.....	68
Quadro 6a.....	69
Quadro 6b.....	69

“Nóis” é ponte que atravessa qualquer rio.

## **Introdução**

“Pobreza não é desonra”. Muito bem. No entanto desonram os pobres [...] é desonra sim, essa penúria, da qual milhões já nascem dentro, e em que são enredados milhões que empobrecem. Sujeira e miséria crescem como muros, obra de mãos invisíveis, em torno deles. [...] Mas nunca é lícito a alguém firmar sua paz com a pobreza quando ela cai como uma sombra gigante sobre seu povo e sua casa. Ele deve então, manter seus sentidos vigilantes para cada humilhação que lhes é infringida e mantê-los disciplinados até que seu sofrimento tenha trilhado, não mais a ladeirada rua da amargura, mas o caminho ascensional da revolta. (BENJAMIM, 2000, p.22)

Estudar e refletir sobre a juventude não é uma tarefa fácil: há muitas pesquisas já realizadas. Mas, para além de ser um trabalho que trata sobre a juventude, este é, sobretudo, um trabalho que se propõe a discutir a socioeducação e, principalmente, discuti-la a partir do viés da Teoria Crítica da Sociedade.

O interesse em pesquisar juventude surgiu no momento da elaboração do projeto de pesquisa, isso durante o curso de mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. Em Dezembro de 2012 apresentei um trabalho sobre medidas socioeducativas em um encontro de pesquisadores da temática na Universidade Bandeirante de São Paulo. O trabalho tratou do levantamento bibliográfico sobre o tema medidas socioeducativas, dividido em cinco áreas: socioeducação, família, identidade, adolescência, vulnerabilidade e medidas socioeducativas. A ideia do trabalho era demonstrar como esses cinco temas são pensados pelos estudiosos do tema, tendo como referência o serviço de atendimento aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. Desse trabalho, surgiu um interesse muito específico: compreender de que maneira a socioeducação (pensada não só no atendimento ao adolescente infrator), realizada com jovens em situação de vulnerabilidade, acontece na cidade de São Paulo.

Minha prática como educadora social, atuando durante 12 anos profissionalmente no chamado terceiro setor, ajudou a delimitar o campo de pesquisa: as organizações não governamentais que atuam na cidade de São Paulo com jovens em situação de vulnerabilidade entre 15 e 24 anos. Já tinha conhecimento de que no território paulistano o executor das políticas voltadas para a juventude são tais organizações, e, também, por ter atuado no sistema de defesa dos direitos da criança e do adolescente, tinha conhecimento de que tais organizações precisam da autorização do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de São Paulo para funcionar e, assim, ser financiadas pelo poder público ou por empresas.

Fazer pesquisa científica é um processo muito intenso e enriquecedor: amplia o conhecimento sobre o que se pretende investigar, ainda que a aproximação possível à realidade objetiva seja limitada. Isso pode ser devido a opção feita, que só permitiu conhecer as propostas de ação e não as ações de fato. Mas essa opção se justifica pela intenção de dar conta de toda a extensão territorial da cidade de São Paulo. Daí que foi definido como objeto de estudo as ONGs que atuam junto aos jovens entre 15 e 24 anos, e como fonte de informação os sítios eletrônicos de cada organização selecionada.

A escolha pelo referencial teórico – a Teoria Crítica da Sociedade – foi ao mesmo tempo uma escolha teórico-metodológica e política. Exige-se do pesquisador rigor quanto aos conceitos e os procedimentos de investigação, ao mesmo que obriga a certo delineamento do problema de pesquisa. De outra parte, é uma escolha política porque impõe ao pesquisador um posicionamento claro em relação ao objeto. A Teoria Crítica da Sociedade permitiu compreender a relação dialética entre indivíduo e sociedade, o que nesta pesquisa é marcada pela mediação do Estado, do capital e das organizações não governamentais.

Escrever sobre o chamado Terceiro Setor e as organizações não governamentais requer conhecimento sobre a área, pois as pesquisas realizadas, conforme verificado com o levantamento bibliográfico, estão ligadas muito mais a gestão de pessoas do que a função social e educativa do setor. Discutir o Estado e seu papel, em meio ao ressurgimento da controvérsia acerca de seu tamanho e função, pode expor as tensões e conflitos em torno das responsabilidades sociais do próprio Estado e dos diversos setores da

sociedade, pois a legislação brasileira, seja o Estatuto da Criança e do Adolescente ou o Estatuto da Juventude, seja o Sistema Único de Assistência Social, caminha no sentido de impor ao poder público a responsabilidade máxima pelo bem estar dos brasileiros, ao mesmo tempo em que, por outro lado, os interesses do capital estão cada vez mais orientando, e até determinando, os rumos da ação das políticas destinadas à população pobre do Brasil: ou o Estado deve assumir menos obrigações de caráter social ou sua atuação nas chamadas áreas assistenciais deve seguir ditames impostos pelos detentores do poder econômico.

Essa tensão é flagrada na presente pesquisa, justamente quando é feita a análise do papel das ONGs frente às demandas sociais e frente àquilo que o Estado e alguns setores organizados da sociedade, em grande parte representantes dos interesses de empresários, esperam dela.

Os dados aqui analisados foram coletados entre março e junho de 2013. É possível que algumas informações tenham mudado, mas, de forma geral, a realidade apresentada é indicativa de como as ONGs que atuam na área da educação e da assistência social desenvolvem seus projetos e propostas de ações. Mesmo que alguns dos projetos e programas não sejam mais executados, o conteúdo que expressa determinada concepção de socioeducação é atual e se manifesta nas 139 propostas de ações discutidas.

Para que o leitor tenha uma ideia clara do texto aqui apresentado, apresenta-se o modo com foi estruturado. Ele foi dividido em cinco partes, com finalidades específicas. O Capítulo I discute alguns conceitos da Teoria Crítica da Sociedade e o próprio conceito de socioeducação. O Capítulo II apresenta os procedimentos da pesquisa e o processo que levou a definição e delineamento do campo empírico: o universo de pesquisa, a escolha dos procedimentos e a forma de organização dos dados. O Capítulo III expõe o perfil das organizações não governamentais analisadas e, também, propõe uma discussão sobre a relação entre o Estado e as ONGs. O Capítulo IV especifica uma amostra das organizações selecionadas, com o intuito de desvelar as tensões, contradições e pontos em comuns presentes nos projetos e propostas de ações divulgadas em seus endereços eletrônicos. Por fim, nas considerações finais são destacados alguns aspectos para a reflexão sobre os resultados produzidos e sobre a

educação e a socioeducação oferecidas aos jovens pobres moradores da cidade de São Paulo.

Espera-se que de alguma maneira esta pesquisa contribuía com a construção de um novo olhar sobre a juventude brasileira, sobretudo, a juventude pobre e negra da cidade de São Paulo.

## **Capítulo 1 – Teoria Crítica da Sociedade e socioeducação: reflexão sobre a formação de jovens em situação de vulnerabilidade social**

Afinal, se os adultos que deveriam ser os responsáveis pelo mundo ao qual trouxeram as crianças e os jovens, ausentam-se desse lugar, o que esperar desse mundo? (GURSKI, 2012, p.66)

Vivemos tempos de agitação juvenil. O espetáculo da força dos jovens demonstrada com o Movimento Passe Livre em Junho de 2013, pela redução do valor da passagem dos transportes coletivos de norte a sul do país, com maior força nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e, recentemente, os “rolezinhos<sup>1</sup>” protagonizados pelos jovens pobres e moradores da periferia de São Paulo, evidenciam que a juventude brasileira contemporânea está disposta a ser mais que números das estatísticas. Num período de tensões tão acirradas, educadores e pesquisadores da educação e, principalmente, aqueles que estudam o fenômeno da formação têm a disposição muitos elementos para pensar os caminhos que a juventude vem percorrendo, e fundamentalmente, qual é a formação oferecida a esses indivíduos.

A juventude, é uma fase peculiar na vida dos seres humanos, assim convencionou nossa sociedade no decorrer da modernidade e, por isso mesmo, precisa de condições para que a formação dos jovens ocorra de maneira mais plena e emancipadora possível.

Esta pesquisa se propõe a discutir aquilo que se denomina socioeducação, e como essa vem ocorrendo na cidade de São Paulo através das propostas de ações socioeducativas direcionadas aos jovens moradores do município com idade entre 15 e 24 anos. Em municípios menores, tais propostas de ações socioeducativas são executadas diretamente pelo poder público municipal, mas no caso da cidade de São Paulo, as propostas de ações são executadas por organizações não governamentais, conveniadas por meio de

---

<sup>1</sup> Rolezinhos são encontros de centenas de jovens em shoppings centers da cidade de São Paulo, articulados pela rede social Facebook, com o intuito de reunir um grupo de amigos e conhecidos para paquerar, curtir e se divertir. Definição dada pela autora a partir das matérias veiculadas no Jornal Tv Folha (11.01.2014) e Carta Capital (edição digital do dia 03.01.2014).

editais públicos lançados pelos governos municipal, estadual ou federal; e, embora, tais ações também podem ser financiadas pelo setor privado.

Este capítulo se propõe a discutir a socioeducação em dois aspectos: primeiro, apresentar de maneira geral o conhecimento produzido sobre o campo da socioeducação e, também, sobre a juventude. A partir daí, a proposta é traçar algumas reflexões sobre a socioeducação, tendo como referencial a Teoria Crítica da Sociedade. Outro conceito fundamental para a compreensão da análise que propõe nesta pesquisa é o de vulnerabilidade social, conceito esse pensando no contexto do desenvolvimento da constituição da sociedade hodierna.

## **1.1 Revisão Bibliográfica**

O procedimento realizado para a revisão bibliográfica foi de trabalhar com o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com os trabalhos apresentados nas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), com documentos oficiais disponibilizados pelo Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) – Órgão ligado a Presidência da República – e com os artigos científicos disponíveis na base de dados do Scielo Brasil. A apresentação do material levantado segue a ordem anteriormente descrita.

- Banco de Teses do Capes: nesse banco de dados, localizou-se 2365 resumos, quando da utilização dos descritores “juventude” e “socioeducação”. São trabalhos que analisam essa temática nas mais diversas dimensões, como trabalho, escola, lazer, violência, criminalidade, saúde, entre outros. Após a leitura dos 2365 resumos, foi selecionado 127 resumos de trabalhos que privilegiam os jovens pobres e sua realidade como objeto de estudo. Destes 127 resumos selecionados, definiu-se 22 pesquisas para serem lidas na íntegra. Estes trabalhos discutem jovens pobres e as suas relações com trabalho, escolarização, pobreza, criminalidade, violência e socioeducação. Estão inseridos nessa categoria os seguintes autores/pesquisas: Miranda (2004),

Machado (2011), Freire (2003), Rodrigues (2008), Nascimento (2006), Martins (2011), Silva (2011), Matias (2002), Saneh (2010), Vieira (2009), Bróide (2006), Oliveira (2011), Benjó (2006), Oliveira (2010), Batista (2008), Hughes (2003), Teixeira (2009), Santos (2009), Rangel (2005), Ferreira (2006), Ferreira (2007), Romano (2009).

- ANPED: os trabalhos localizados na base de dados das reuniões anuais da ANPEd pertencem ao Grupos de Trabalho: Movimentos Sociais e Filosofia da Educação. Foi selecionado para a leitura apenas quatro devidos ao fato destes serem materiais que abordavam a temática juventude em um sentido mais amplo e não específico, do ponto de vista geográfico, ou seja, discutem juventude e política pública e fazem análises de toda a esfera da União; e no caso do GT Filosofia da Educação, o trabalho escolhido discute formação na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade. Estão inseridos nesta categoria os seguintes trabalhos: Nogueira (UFMG-2003), Bertoni (UNESP-2003), Leão (UFMG-2003), Giovinazzo Júnior(PUC/SP-2013).
- ANPOCS: foi localizado um trabalho sobre a juventude na base de dados da ANPOCS; localizado no GT de Educação e Sociedade: Sant'Anna (UERJ-2005).
- Documentos Oficiais: são documentos produzidos pelo Governo Federal, por meio do Conselho Nacional da Juventude, cujos autores são consultores e pesquisadores da área da infância e juventude. São documentos que descrevem a situação da juventude brasileira e servem como material de apoio para formulação de políticas públicas para esse segmento social. Fazem parte dessa categoria os seguintes trabalhos: Freitas (2004), UNESCO (2004a, 2004b), Sposito (1997, 2003, 2005), Waiselfisz (2007), Pochmann (2004), Plano Nacional da Juventude (2004), Mapa da Vulnerabilidade Social da Cidade de São Paulo (2004), Mapa da Violência (2011), Mapa da Juventude (2005).
- Scielo: nesta base de dados foram localizados 13 artigos que contêm os termos juventude, escolaridade, trabalho, criminalidade, cultura, socioeducação e organização não governamental. Estão inseridos nesta categoria os seguintes

trabalhos: Pais (2008), Kourry (2011), Lopes et al. (2008), Neves (2006), Mira (2009), Silva (2011), Sposito (2003, 2006), Ribeiro (2009), Cohn (2003), Dayrell (2003), Moreira et al. (2009), Resende (2010).

Os dados descritos acima foram organizados e analisados da seguinte maneira:

**Quadro 1. Distribuição do material levantado na revisão bibliográfica**

Área	Descrição	Autores
Textos base da pesquisa	Materiais oficiais do Poder Público que compõem os indicadores para elaboração do material a ser apresentado no Procedimento de Coleta e de Análise dos Dados	Waiselfisz (2007), Torres et al. (2004), Mapa da Vulnerabilidade Social da Cidade de São Paulo (2004), Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo (2005).
Textos de apoio conceitual e epistemológico	Pesquisas em formato de tese e dissertação que serviram de apoio teórico e epistemológico para elaboração conceitual do campo de pesquisa.	Miranda (2004), Machado (2011), Freire (2003), Rodrigues (2008), Nascimento (2006), Martins (2011), Silva (2011), Matias (2002), Saneh (2010), Vieira (2009), Bróide (2006), Oliveira (2011), Benjó (2006), Oliveira (2010), Hughes (2003), Nogueira (2004), Bertoni (2004), Leão (2004), Sant'Anna (UERJ), Freitas (2004), UNESCO (2004a, 2004b), Plano Nacional da Juventude (2004), Pais (2008), Lopes et all (2008), Neves (2006 Silva (2011), Ribeiro (2009), Dayrell (2003), Moreira et al (2009), Resende (2010), Teixeira (2009), Santos (2009), Rangel (2005), Ferreira (2007), Romano (2009), Ferreira (2006).
Textos de apoio teórico	São materiais de	Giovinazzo-Junior (2013),

	<p>pesquisadores que contribuíram para as análises teóricas e/ou são referências teóricas em relação os temas juventude, socioeducação, teoria crítica e organização não governamental.</p>	<p>Batista (2008), Sposito (1997, 2003a, 2003b, 2006, 2005, 2009), Marcuse (1968, 1999, 1964), Benjamin (1984), Adorno (1971, 1995, 1985), Gonh (1994, 1997), Conh (2003), Ioschpe (2000), Rezende (2009), Sposito (2006).</p>
--	---	--

Em relação ao aspecto conceitual do material aqui apresentado, considera-se:

- ✓ Textos base da pesquisa: é o material que se refere à delimitação territorial para a escolha das organizações não governamentais que compuseram a análise proposta nesta investigação. Os mapas utilizados (Mapa da Vulnerabilidade (2004) e da Juventude (2005), ambos da cidade de São Paulo) contribuíram também para a elaboração de um conceito fundamental, que é o conceito de Nível Privação Juvenil<sup>2</sup>. Os estudos de Waiselfisz (2007), sobre os índices de mortalidade juvenil, contribuíram para a compreensão do fenômeno da violência que envolve os jovens pobres desde 1990, além da análise das implicações da violência que cerca a juventude e a formulação das políticas sociais;
- ✓ Textos de apoio conceitual e epistemológico: os trabalhos dessa categoria contribuíram para a delimitação do problema de pesquisa, bem como a definição dos procedimentos de coleta e análise dos dados. É possível destacar Freire (2003), Bróide (2006), Oliveira (2011), Benjó (2006), Lopes et al. (2008) e Resende (2010). As reflexões feitas por estes autores possibilitaram compreender as nuances e as tensões em relação à temática da juventude no Brasil, ao passo que os documentos elaborados pela UNESCO (2004a, 2004b) contribuíram para a delimitação dos conceitos de juventude, vulnerabilidade, socioeducação. O Plano Nacional da Juventude

---

<sup>2</sup> Conceito apresentado e discutido nos Capítulos II e III.

(2004) foi fundamental para identificar as áreas socioeducativas a serem investigadas em relação ao serviço oferecido pelas organizações.

- ✓ Textos de apoio teórico: são materiais que serviram para o aprofundamento da compreensão teórica em relação ao referencial teórico e método de pesquisa. Esse material é composto por teses, dissertações, livros e artigos. Dentre as teses e dissertações pode-se destacar Rezende (2009), que destaca o processo de consolidação do campo da Educação Social no início dos anos 2000 e as ações socioeducativas desenvolvidas, com ênfase para as medidas socioeducativas de Internação; dos artigos utilizados, destaque-se o artigo de Giovinazzo Júnior (2013), publicado nos anais da 35º Reunião Anual da ANPEd, que contribuiu para a reflexão sobre a socioeducação, a partir de suas análises sobre a formação das novas gerações. Os livros dos autores da Teoria Crítica da Sociedade (Adorno, Horkheimer e Marcuse) são as bases teóricas da análise. Por fim, destaque, ainda, Maria da Glória Gohn (1994,1997), e suas reflexões sobre os movimentos sociais e as organizações não governamentais, Marilia Sposito (2003, 2006), pesquisadora brasileira sobre juventude e educação; e Aldaiza Sposito (2006) sobre as noções a cerca da vulnerabilidade social.

## 1.2 Socioeducação

A socioeducação é um fenômeno pedagógico recente; esse termo se consolida com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em meados dos anos 1990 do Século XX, e, num primeiro momento, está direcionada para o atendimento de adolescentes infratores, mas, com o avanço da discussão em torno da concepção da Doutrina de Proteção Integral inerente ao ECA (Lei nº8069/90), passa a ser também uma ação sobretudo pedagógica, destinada a todos os indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Inclusive, cabe salientar que o Sistema Único da Assistência Social e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, dão indicativos sobre a operacionalização e aplicabilidade da socioeducação.

Neste contexto, a socioeducação se apresenta não só como uma ação específica destinada a certo público (no caso dos jovens infratores), com a

finalidade explica de trabalhar a formação e emancipação desses indivíduos, como se constitui também em uma prática pedagógica, que deve ocorrer no âmbito social não familiar e não escolar, também com a finalidade de promover a formação e a emancipação dos indivíduos em meio a uma realidade que, na maioria das vezes, se apresenta como uma situação de pobreza, miséria, privação de direitos e violência sistemática (seja por parte de um agressor civil, como no caso das mulheres vítimas de violência doméstica, seja por parte do Estado, como no caso das crianças que são submetidas ao trabalho infantil e não protegidas pelo poder público).

Tendo como referências os autores da Teoria Crítica da Sociedade, discutir a formação dos jovens a partir do viés da socioeducação possibilita pensar de que maneira a forma como a sociedade moderna e capitalista, mediada pela racionalidade tecnológica, instrumentaliza a formação dos sujeitos ou, dito em outras palavras, como é possível compreender a formação subjacente à socioeducação. Um dos caminhos para entender esse processo é o exame da sociedade em que jovens e organizações não governamentais estão inseridos, compreendendo os determinantes sociais em que tais sujeitos se constroem mutuamente. Segundo Wolfgang Leo Maar,

O mundo dos homens é organizado de determinada maneira e é preciso decifrar as condições e os condicionantes que causam seu modo determinado de ser. A essência não está “atrás” da aparência, mas é a reflexão da aparência acerca do seu modo de aparecer de determinado modo, o arranjo determinado do mundo, a sociedade que é sua própria ideologia. A emancipação como “conscientização” é a reflexão racional pela qual o que parece ordem natural, “essencial” na sociedade cultural, decifra-se como ordem socialmente determinada em dadas condições da produção real efetiva da sociedade. (Maar, 2003, p. 427).

Adorno (1995) toma a definição de Kant para emancipação, que assinala que se trata de um processo que faz o indivíduo sair da condição de menoridade (incapaz de ser responsável por si mesmo em todos os aspectos) para a maioridade (responsável por seus atos, consciente e capaz de análise e de crítica). Dessa maneira, para considerar o aspecto formativo da prática socioeducativa desenvolvida pelas organizações, é preciso levar em conta a

barbárie em que a sociedade está envolvida, ou seja, que se expressa no fato de que, mesmo com todo o desenvolvimento tecnológico, este não foi capaz de garantir que as pessoas superem o impulso de destruição, uma vez que os processos sociais de integração e adesão levam os indivíduos a reproduzirem a ideologia da dominação e da exploração inerente ao capitalismo (Adorno, 1995).

Nesse sentido, o trabalho socioeducativo desenvolvido pelas ONGs, para ser considerado como formação, deve ser uma prática contra a barbárie. Para a apreensão da totalidade, a análise da realidade social deve ser feita privilegiando a crítica de sua ideologia, enquanto resultado das relações de produção e reprodução econômica e social. Em outras palavras, a sociedade moderna de base tecnológica, produz o homem unidimensional, resultante da ideologia da sociedade industrial, incapaz de produzir a crítica, cujas relações são marcadas pela racionalidade tecnológica (Marcuse, 1964).

O homem unidimensional é resultado do processo de integração total do indivíduo à sociedade, ou seja, em seu processo de formação não se diferencia dos outros, fazendo com que seu ego se constitua já enfraquecido. Além disso, é inapto para a crítica das condições vigentes e não tem habilidade para vislumbrar as alternativas históricas. Ao passo que a ideologia da racionalidade tecnológica, ou a interiorização do modo de produção capitalista baseado no avanço constante da tecnologia, produziu o esvaziamento das experiências formativas.

Esse esvaziamento leva os indivíduos à regressão: estando em um determinado estágio de progresso material, os indivíduos encontram-se aquém daquilo que poderia proporcionar uma vida mais digna em termos subjetivos e objetivos. Resta a satisfação dos impulsos relacionados à destruição (Marcuse, 1968). Este autor, no artigo *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna*, ainda aponta que:

Sob o impacto deste aparato, a racionalidade individualista se viu transformada em racionalidade tecnológica [...] Esta racionalidade estabelece padrões de julgamentos e fomenta atitudes que predispõem os homens a aceitar e introjetar os ditames do aparato. (Marcuse, 1999, p.77)

Assim, a racionalidade tecnológica integra o que antes era antagônico. Por exemplo, os jovens, independentemente de sua classe social frequentam os mesmos espaços de lazer e apresentam as mesmas atitudes e comportamentos, mas nem por isso vivem a mesma realidade objetiva; e essa integração forçada, causada pelo desenvolvimento tecnológico (não há mais a segregação total entre a classe trabalhadora e os detentores do capital), gera a aniquilação da consciência individual e, portanto, o enfraquecimento do ego e a diluição do indivíduo na massa. Dessa forma, se não ocorre a individuação, ou seja, se a formação não produz a autonomia e a autodeterminação, promovendo o esclarecimento geral, os indivíduos perdem a capacidade de crítica sobre a realidade objetiva. Por não serem capazes de crítica à sociedade, eles não avaliam a barbárie em que estão inseridos e, por não se posicionarem contrários a essa situação – ou quando o fazem não são dotados de condições para o enfrentamento – não é possível a superação e a transformação social.

Ao analisar as dimensões formativas do trabalho socioeducativo desenvolvidos pelas organizações e, portanto, as possibilidades de emancipação dos jovens como forma de rompimento com as tendências que levam à barbárie, deve-se considerar a realidade social e suas contradições: a forma como a sociedade moderna se organiza e se apresenta de maneira racionalizada, expressa nos mecanismos de controle, na administração da vida, na paralisia da crítica (Marcuse, 1964), na ideologia da racionalidade tecnológica (Marcuse, 1999).

É evidente no material colhido nos sítios eletrônicos que as propostas de ações socioeducativas descritas pelas organizações, são marcadas por um forte caráter moral, com uma alta expectativa de que, ao serem atendidos pelos serviços de tais organizações, os jovens interiorizem os comportamentos sociais aceitos. Sobre isso, Giovinazzo Júnior (2013), esclarece que:

[...] A sociedade de base tecnológica impõe a adesão cega de cada um de seus membros (Adorno, 1995a), já que não se permite a oposição e a contestação que coloquem em risco o funcionamento do sistema, é possível verificar uma intenção pedagógica generalizada na definição dos conteúdos oferecidos às novas gerações em termos de bens culturais, principalmente quando veiculados pelos meios de

comunicação. Percebe-se a tentativa de selecionar, depurar e tornar inteligível a cultura transmitida, além da incorporação de ensinamentos e imperativos morais que, depois de inculcados pelos indivíduos no seu contato com os bens culturais, devem orientar suas atitudes e comportamentos. Sob o pretexto de democratizar o acesso à cultura e à educação, enfim, proporcionar formação, prevalece a noção de que é necessário “adaptar” os conteúdos difundidos para o público em geral concebido abstratamente [...]. (Giovinazzo Júnior, 2013, p.3).

Portanto, a socioeducação, está fortemente marcada pelas características das práticas pedagógicas da sociedade hodierna; práticas essas marcadas pelos obstáculos à formação e pelas experiências mediadas pela indústria cultural, que, conforme asseveraram Horkheimer e Adorno (1985), manipula os gostos, expectativas e interesses dos consumidores.

### **1.3 Vulnerabilidade Social**

A noção de vulnerabilidade social tem origem nas tensões contidas nas relações de trabalho ensejadas pela industrialização da sociedade moderna (Sposati, 2006). Ao mesmo tempo em que o trabalhador integra as forças produtivas, como o sujeito histórico que a manipula, ela está fora das relações de produção, pois não detém os meios de produção e estabelece com eles apenas uma relação mediada pelo salário. Sendo assim, o trabalhador só pode ter acesso àquilo que seu salário pode comprar, mas este apenas lhe garante os insumos básicos como a ração necessária para recompor suas forças físicas e um abrigo que lhe permita descansar e se proteger das intempéries naturais.

Mesmo que nos dias atuais, em certa medida, o trabalhador – ou uma parcela dos trabalhadores – possa comprar com seu salário o que constitui direitos sociais (moradia, educação, segurança, saúde, lazer e cultura), existem ainda aqueles que, por terem uma qualificação profissional abaixo do mínimo exigido ou por desde seu nascimento comporem aquilo que Marx (1995) define por *lumpenproletariado*, não podem comprar os direitos sociais básicos, e estes dependem da ação do Estado ou da beneficência religiosa da burguesia para terem acesso aos bens sociais como moradia e alimentação. São esses

desvalidos e excluídos do ciclo produtivo a quem se destinam as ações que visem combater ou pelo menos diminuir os efeitos da vulnerabilidade social. São sujeitos cujos direitos básicos não são devidamente garantidos pelo Estado; e por não terem condições de venderem sua força de trabalho, também não podem pagar para obter tais direitos de maneira privada.

Trabalha-se, aqui, a vulnerabilidade social como uma categoria de análise de uma dada realidade. Foi por meio da definição do que constitui a situação de vulnerabilidade que se delimitou o público estudado nesta pesquisa. Sendo assim, entendeu-se que os jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos, moradores das regiões periféricas da cidade de São Paulo, e tipificadas no Mapa da Vulnerabilidade (2004) como áreas vulneráveis, deveriam ser objeto de estudo. E por jovens vulneráveis entende-se os cidadãos que moram em bairros que não possuem (ou possuem precariamente) saneamento básico, acesso a educação, lazer, esporte e cultura, estão desempregados ou ocupam subempregos como catadores de lixo e vendedores de doces em semáforos, que habitam residências precárias feitas de madeira ou de alvenaria sem acabamento, pais e mães entre os 15 e 21 anos com baixa escolaridade, portadores de moléstias como o HIV, com histórico de privação de liberdade em unidades de internação ou presídios.

O Mapa da Exclusão Social da Cidade de São Paulo (2004) nos esclarece que:

Tal vulnerabilidade é entendida como um somatório de situação de precariedade, para além das precárias condições socioeconômicas (como indicadores de renda e escolaridade muito ruins) presentes em certos setores censitários. São considerados como elementos relevantes no entendimento de privação social aspectos como a composição demográfica das famílias aí residentes, a exposição de situação de riscos variados (como altas incidências de certos agravos à saúde, gravidez precoce, exposição à morte violenta etc), precárias condições de vida e outros indicadores. Além desses elementos, que contribuem para a constituição de um cenário de precariedades intensas em certas regiões do município, buscou-se verificar como o Estado pode combater essas situações ou contribuir para acentuá-las, reforçando certos mecanismos de segregação espacial. (Mapa da Exclusão Social da Cidade de São Paulo, 2004, p.12)

O processo de elaboração do conceito de vulnerabilidade social utilizado no Mapa pautou-se em duas dimensões: a dimensão socioeconômica e a dimensão demográfica.

A dimensão socioeconômica aponta que quanto maior for à privação socioeconômica de determinada região, mais precária será a condição de vida do morador da região; e, essa população exposta a este alto índice de privação, apresentarão os menos índices de escolaridade, baixos níveis de renda, altas proporções de famílias muito pobres e numerosas (mais de 6 membros por domicílio), altas proporções de mulheres chefes de domicílio (mulheres essas com baixa escolaridade e portanto, com os menores salários), e altos índices demográficos juvenis por famílias.

A dimensão demográfica aponta que nos setores mais distantes do centro, e localizados nos extremos da cidade, apresentam os piores índices referentes a dimensão socioeconômica. Junto a essa realidade, o Mapa da Exclusão Social da Cidade de São Paulo (2004), aponta que os serviços sociais são oferecidos no centro da cidade (onde estão os melhores indicadores socioeconômicos), mas os setores de maior privação social estão nos extremos da cidade (onde se encontra a maior parte da população vulnerável da cidade).

Para definir quais regiões seriam alvos de investigação, utilizou-se os critérios presentes no Mapa da Exclusão Social da cidade de São Paulo (2004) que é uma das melhores maneiras de caracterizar as tensões e contradições sociais presente na cidade de São Paulo.

É importante lembrar, que o Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo (2005), que também é o material que ajudou a compor a definição dos distritos serem investigados, também se baseia no Mapa da Exclusão Social da Cidade de São Paulo.

Sendo assim, os territórios e distritos utilizados na pesquisa, se baseiam nos oito níveis de vulnerabilidade social <sup>3</sup>tipificados no Mapa da Exclusão Social da Cidade de São Paulo<sup>4</sup>, a saber:

- ✓ Grupo 1 – Nenhuma Privação

---

<sup>3</sup> Os níveis serão aprofundados nos Capítulos 2 e 3.

<sup>4</sup> Vide Mapa da Exclusão Social da Cidade de São Paulo (2004) em anexo.

- ✓ Grupo 2 – Privação Muito Baixa
- ✓ Grupo 3 – Baixa privação e Idosos (famílias com menor número de idosos)
- ✓ Grupo 4 – Média Privação e Adultos (famílias com maior número de adultos)
- ✓ Grupo 5 – Alta Privação e Jovens (famílias com maior número de jovens)
- ✓ Grupo 6 – Média – Baixa Privação e Idosos (famílias com maior numero de idosos)
- ✓ Grupo 7 – Alta Privação e Adultos (famílias chefiadas por mulheres adultas)
- ✓ Grupo 8 – Altíssima Privação e Jovens (famílias chefiadas por mulheres jovens entre 15 a 29 anos)

No capítulo a seguir, discute-se o processo de elaboração dos procedimentos de investigação e a maneira pela qual o Mapa da Exclusão Social da cidade de São Paulo (2004) foi utilizado como indicador para a definição das informações a serem coletadas, bem como para o estabelecimento de critérios orientadores da organização e análise dos dados.

## **Capítulo 2: Delineamento da pesquisa: as ONGs e suas propostas de atuação**

A sociedade é contraditória e mesmo assim determinável; a um só tempo racional e irracional, sistemática e caótica, natureza cega e mediada pela consciência. O procedimento da sociologia deve curvar-se ante isso. (Adorno, 1994, p. 47)

O processo de construção desta dissertação, a partir do projeto, foi marcado por um grande desafio: a elaboração de procedimentos que permitissem responder ao problema: quais são as propostas de ações socioeducativas desenvolvidas pelas organizações não governamentais que atuam na cidade de São Paulo, com jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade.

Para a definição desses procedimentos estabeleceu-se alguns critérios: primeiro, a limitação territorial (a cidade de São Paulo); segundo a limitação etária (jovens de 15 a 24 anos); terceiro a limitação conceitual (vulnerabilidade e socioeducação); e, por fim, a limitação referente ao objeto da pesquisa (as organizações não governamentais).

A cidade de São Paulo possui 1635 organizações não governamentais, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA-SP), das quais 171 possuem projetos de intervenção junto a jovens na faixa etária dos 15 aos 24 anos.

Para quem não conhece a disposição territorial da cidade de São Paulo, vale a pena destacar que se deslocar de um ponto a outro pelo município é uma tarefa demorada e cansativa, podendo levar até três horas o percurso entre a zona oeste e a zona sul, por exemplo, o que tornaria impraticável ir pessoalmente até cada ONG e aplicar o protocolo de pesquisa.

Para resolver esse problema optou-se por verificar, entre as 171 organizações identificadas, quais possuíam sítios eletrônicos e que tipo de informações poderiam ser visualizadas neles. Após essa triagem, foi possível identificar 92 organizações que atendiam aos critérios: atuar na cidade de São

Paulo, apresentar propostas de ações socioeducativas dirigidas aos jovens (15 e 24 anos) em situação de vulnerabilidade, ter registro no CMDCA-SP e ter sítio eletrônico com as informações necessárias para o preenchimento do protocolo de pesquisa<sup>5</sup>.

As informações foram coletadas nos sítios eletrônicos entre os meses de Fevereiro e Março de 2013, o que possibilitou a produção de um banco de dados. A opção de utilizar a internet como uma estratégia de pesquisa possibilitou o acesso a todas as ONGs identificadas (as 92 que corresponderam aos critérios adotados), o que não seria viável caso se tivesse decidido por coleta de informações *in loco*.

Um dos critérios utilizados para a elaboração dos procedimentos de pesquisa foi o conceito de vulnerabilidade e, para tanto, foi utilizado o Mapa da Inclusão/Exclusão Social da cidade de São Paulo (Sposati), elaborado em 2004, e o Mapa da Juventude (AUTOR), elaborado em 2005; ambos os mapas foram importantes para a delimitação do conceito de vulnerabilidade, pois o primeiro identifica e descreve os territórios da cidade com maior e menor infraestrutura, já o segundo identifica e descreve os territórios da cidade a partir das informações referentes à juventude de São Paulo. O cruzamento dos dois mapas resultou no Índice de Privação Juvenil, reagrupando os 96 distritos da cidade em 4 níveis.

A seguir, apresenta-se os objetivos, hipótese, procedimento de pesquisa, e, por fim, o que é e como se chegou ao Índice de Privação Juvenil da cidade de São Paulo.

## 2.1 Objetivos

- ✓ **Objetivo geral:** analisar o perfil das organizações não governamentais (ONGs) localizadas na cidade de São Paulo e sua proposta de atuação socioeducativa com jovens de 15 a 24 anos, nas áreas de educação, cultura, profissionalização, esporte/lazer e sexualidade.
- ✓ **Objetivos específicos:** i. identificar as ONGs existentes na cidade de São Paulo e que atuam com jovens; ii. descrever seus projetos e propostas de ações; iii. analisar os aspectos socioeducativos desses projetos e propostas

---

<sup>5</sup> Vide anexo.

de ações; iv. Traçar um panorama, a partir dos dados oficiais, sobre a juventude paulistana, bem como das problemáticas envolvidas no tema; v. Confrontar os dados oficiais sobre os problemas relacionados aos jovens da periferia da cidade com as ações propostas pelas ONGs.

## **2.2 Hipóteses**

**As hipóteses foram definidas nos seguintes termos:**

- I. O trabalho proposto por tais organizações tende predominantemente para a atuação paliativa em relação aos problemas enfrentados pelos jovens da cidade de São Paulo, como a pobreza, o fracasso escolar, a criminalidade, o desemprego e a falta de acesso à cultura e lazer;
- II. Portanto, essa proposta de atuação paliativa não contribui para o equacionamento da violência, caracterizando-se como prática socioeducativa que, ao invés de possibilitar ao jovem a formação para emancipação, enseja o enquadramento no papel social que lhe é designado.

## **2.3 Procedimentos de pesquisa: categorização, coleta e tratamento dos dados**

Retoma-se o que foi exposto na introdução deste capítulo de modo que seja possível compreender os procedimentos de pesquisa com maior clareza. Como dito anteriormente, as 92 organizações foram selecionadas de acordo com os critérios a seguir:

- 1º) Possuir sítio eletrônico, no qual a coleta de informações em relação os projetos desenvolvidos pela organização foi realizada. Decidiu-se pelo uso da Internet devido à dimensão geográfica da cidade e a dificuldade de mobilidade urbana imposta pelo sistema viário desorganizado e pelo transporte público ineficiente que a cidade apresenta;
- 2º) Ter como público alvo jovens de 15 a 24 anos: a proposta foi discutir a formação dos jovens utilizando o mesmo marco cronológico estipulado pela UNESCO e pelo Plano Nacional de Juventude;

3º) A ONG deveria desenvolver projetos e propostas de ações nas áreas de educação, cultura, esporte/lazer e profissionalização: focaliza-se nos projetos nessas áreas, pois toma-se como referência as orientações do Plano Nacional da Juventude para intervenção prioritária dos municípios, de acordo com sua realidade e, dessa maneira, o Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo, elaborado em 2005, aponta serem estes os setores com maiores déficits de intervenção do Poder Público nas regiões periféricas da cidade;

4º) Os projetos e ações propostos pelas organizações deveriam estar situados ou atender jovens que morem nos distritos tipificados como de Alta e Altíssima Vulnerabilidade, de acordo com o Mapa de Vulnerabilidade Social da Cidade de São Paulo. Elaborado em 2004, a partir do cruzamento de dados do IBGE, levantados na PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) e com Survey (desenvolvido pela equipe que organizou o Mapa de Vulnerabilidade Social da Cidade de São Paulo), tal mapa traçou os perfis da cidade de São Paulo, em relação às demandas sociais de políticas em vários setores (educação, trabalho, moradia, segurança, meio ambiente, inclusão digital, transporte, saúde, lazer, cultura, entre outros), e populacional das regiões político-administrativas da cidade e seus distritos, organizando-os em níveis, sendo o nível 1 de nenhuma vulnerabilidade e o nível 8 de altíssima vulnerabilidade.

Estabelecidos esses parâmetros para organização da coleta dos dados, foi utilizada a seguinte estratégia:

1. Acessar o endereço eletrônico das 92 organizações selecionadas nessa primeira etapa (cerca de 5% das ONGs sediadas em São Paulo) e organizadas, de acordo com sua localização, por níveis de vulnerabilidade;
2. Identificar os dados das instituições como registro nos órgãos competentes, endereço, telefone, dados do presidente, diretor ou coordenador geral;
3. Identificar quais projetos e propostas de ações socioeducativas voltadas para jovens essas organizações desenvolvem: financiadores, apoiadores, duração dos projetos, locais de execução, materiais envolvidos, recursos pedagógicos, entre outros;
4. Identificar se havia algum tipo de avaliação externa realizada nas organizações e qual o órgão/instituição/empresa avaliadora, além de verificar

a existência de parecer emitido (ou menção a ele) sobre o trabalho desenvolvido e que fora avaliado nos sítios eletrônicos.

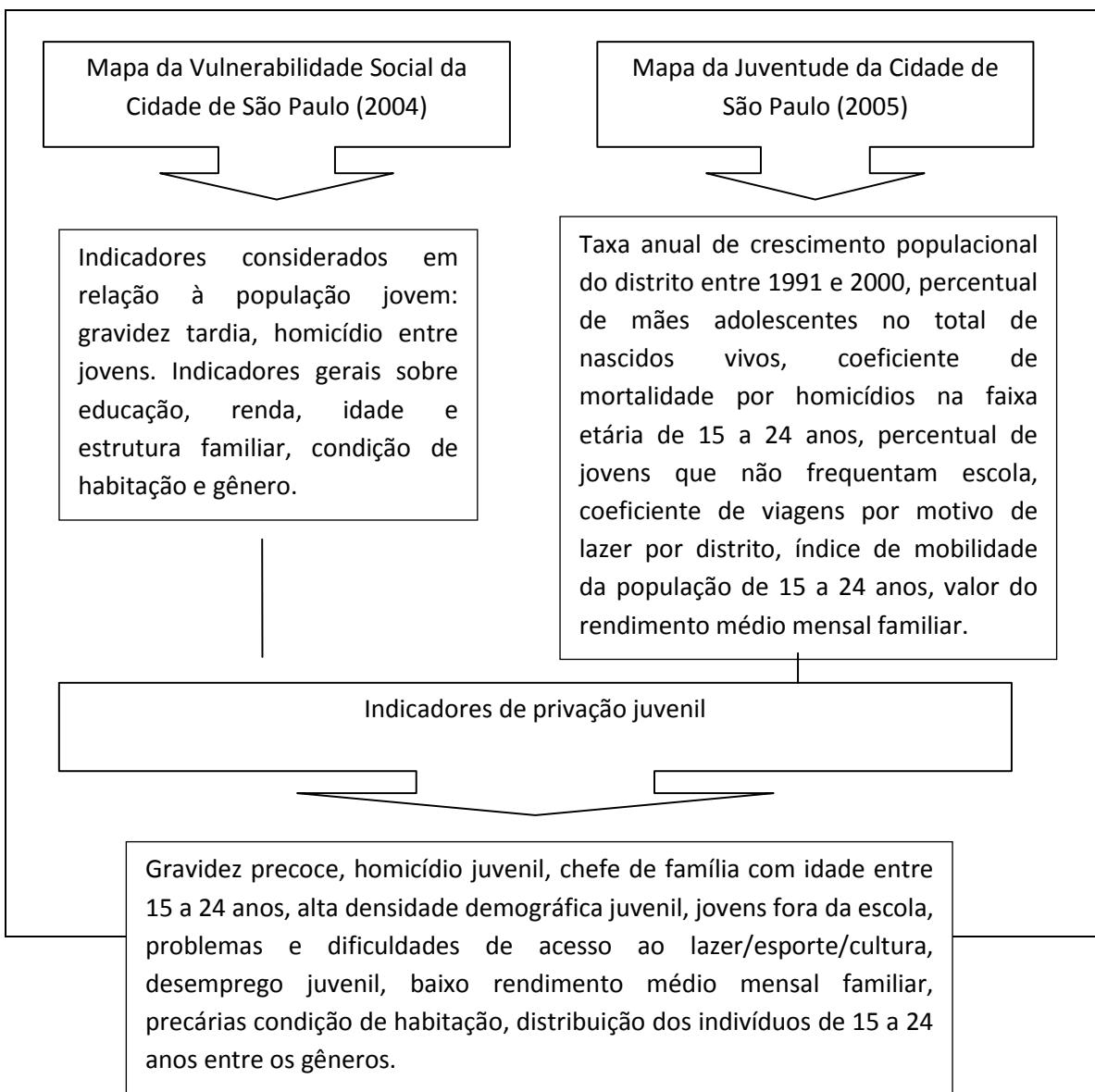
Os dados coletados foram organizados em: área de atuação (profissionalização, sexualidade, artes, lazer, cultura, educação); idade; distrito; nível de privação juvenil; financiador. A análise dos dados coletados está no Capítulo 3, que versa sobre o perfil das organizações não governamentais que atuam na cidade de São Paulo, e no Capítulo 4, que descreve e analisa uma amostra de ONGs em função das cinco áreas de atuação definidas.

## **2.4 Índice de Privação Juvenil**

Após o cotejamento dos dados foi elaborado o Índice de Privação Juvenil, o que permite analisar as condições sociais da juventude que vive na cidade de São Paulo. Foi composto a partir dos dados constantes no Mapa da Inclusão/Exclusão Social da Cidade de São Paulo (2004) e do Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo (2005).

A figura 1 explicita os indicadores de cada mapa utilizado, bem como os indicadores que foram utilizados para caracterizar os níveis de privação juvenil elaborados:

**Figura 1.** Esquema de elaboração do índice de vulnerabilidade juvenil



Considerando que o Mapa da Vulnerabilidade Social (2004) possui oito níveis de vulnerabilidade, que o Mapa da Juventude (2005) possuía cinco zonas homogêneas, e que, em alguns momentos, distritos que são considerados de média vulnerabilidade em um mapa, são tidos como pertencentes à Zona Homogênea 2 (baixa complexidade) no outro, a solução para esse impasse foi a elaboração dos quatro níveis descritos a seguir, que consideraram os dados dos dois mapas, a partir dos indicadores referentes a juventude presentes nos materiais.

- ✓ Nível 1 - Nenhuma Privação Juvenil: são distritos da cidade de São Paulo que não possuem nenhum tipo de privação social em relação aos direitos sociais básicos (acesso e permanência na escola, tratamento de saúde, lazer, cultura, trabalho, moradia, transporte, segurança, saneamento básico) necessários para o desenvolvimento satisfatório dos jovens residentes nesses distritos, além de possuir proporcionalmente um número maior de idosos em relação aos jovens;
- ✓ Nível 2 – Baixa Privação Juvenil: possuem as mesmas características do Nível 1, porém o número de jovens é maior proporcionalmente em relação ao número de idosos;
- ✓ Nível 3 – Média Privação Juvenil: possuem algumas das características dos níveis 1 e 2, porém com um número expressivo de jovens e déficits na oferta de alguns direitos sociais básicos como emprego, transporte e moradia. Aqui, a proporção de jovens em relação aos idosos é equilibrada;
- ✓ Nível 4 – Alta Privação Juvenil: privação maciça dos direitos sociais básicos como educação, saúde, transporte, lazer, trabalho, moradia, segurança e saneamento básico. A maioria da população é jovem e 80% dos lares são chefiados por jovens solteiras do sexo feminino entre 15 a 24 anos com três ou mais filhos.

**Quadro 2. Índice de Privação juvenil e distritos correspondentes**

Nível de Privação	Distritos
1 – Nenhuma Privação Juvenil	Sé (região central) Consolação (região central) Morumbi (zona sul) Santa Cecília (região central) Campo Belo (zona sul)
2 – Baixa Privação Juvenil	Vila Mariana (zona sul) Ipiranga (zona sul) Pinheiros (zona oeste) Lapa (zona oeste) Bom Retiro (zona central) Mooca (zona leste) Jaguaré (zona oeste) Vila Leopoldina (zona oeste) Butantã (zona oeste)

	Vila Sônia (zona oeste) Cambuci (região central) Perdizes (zona oeste)
3 – Média Privação Juvenil	Penha (zona leste) Água Rasa (zona leste) Aricanduva (zona leste) Tatuapé (zona leste) Jaçanã (zona norte) Socorro (zona sul) Freguesia do Ó (zona norte) Barra Funda (zona oeste)
4 – Alta Privação Juvenil	Cidade Ademar (zona sul) Cachoeirinha (zona norte) São Mateus (zona leste) Ermelino Matarazzo (zona leste) Guaianazes (zona leste) Itaquera (zona leste) Campo Limpo (zona sul) Jardim São Luiz (zona sul) Jardim Ângela (zona sul) Parelheiros (zona sul) Tremembé (zona norte) Brasilândia (zona norte) Capão Redondo (zona sul) Cidade Dutra (zona sul) Grajaú (zona sul) Pedreira (zona sul)

A cidade de São Paulo possui 96 distritos, mas o quadro apresenta somente os 40 distritos que foram contemplados com os critérios utilizados para a seleção das ONGs que compõem o universo desta pesquisa.

O próximo capítulo apresenta a sistematização e análise dos dados coletados.

## **CAPÍTULO 3: Perfil das organizações não governamentais quem atuam com jovens na cidade de São Paulo**

A realidade dos dados expostos coloca em evidência mais um de nossos esquecimentos. Jovens só aparecem na consciência e na cena pública quando a crônica jornalística os tira do esquecimento para nos mostrar um delinquente, ou infrator, ou criminoso; seu envolvimento com o tráfico de drogas e armas, as brigas das torcidas organizadas ou nos bailes da periferia. Do esquecimento e da omissão passa-se, de forma fácil, à condenação, e daí medeia só um pequeno passo para a repressão e punição. (WAISELFIS, 1998, p.5).

### **3.1 CARACTERIZAÇÃO**

São Paulo é a maior cidade do país, possui mais de 11 milhões de habitantes em uma área de 1.521,10km<sup>2</sup><sup>6</sup>. Está dividida em 96 distritos, administrados por 32 subprefeituras<sup>7</sup>. Desses mais de 11 milhões de habitantes, aproximadamente 1.812.000<sup>8</sup> possuem entre 15 e 24 anos.

Segundo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), existem na cidade<sup>9</sup> 1635 organizações não governamentais autorizadas a executarem as políticas sociais básicas<sup>10</sup> voltadas para as crianças, adolescentes e jovens entre zero e 24 anos. Desse total, 92 organizações atuam exclusivamente em projetos e ações voltadas para jovens de 15 a 24 anos.

---

<sup>6</sup> Informações coletadas no sítio eletrônico [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br). Dados de 2013. Acesso em:  
Fevereiro/Março de 2013

<sup>7</sup> Subprefeituras são as divisões administrativas dos distritos da cidade de São Paulo; é uma estratégia governamental de organização das ações e recursos financeiros, priorizando as particularidades de cada região da cidade.

<sup>8</sup> Dados sistematizados até 2011. Fonte: [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br). Acesso em: Novembro/2013

<sup>9</sup> Dados coletados em Julho de 2012. Fonte: [www.cmdca.sp.prefeitura.gov.br](http://www.cmdca.sp.prefeitura.gov.br). Acesso em: Outubro/2012.

<sup>10</sup> Políticas sociais básicas são formas de atendimento, tipificadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8069/1990. Vide Livro II, Parte Especial, Título I, Capítulos I.

O Plano Nacional da Juventude (PNJ) estipula que as ações voltadas para jovens de 15 a 24 anos, pautadas nas Políticas Sociais Básicas, contemplem as demandas específicas de cada município e seu respectivo território. Sendo assim, desde 2004 está em vigor o PNJ, que estabelece as seguintes metas:

1. Erradicar o analfabetismo da população juvenil, nos próximos cinco anos, participando o Brasil da Década das Nações Unidas para a alfabetização (2003-2012);
2. Garantir a universalização do ensino médio, público e gratuito, com a crescente oferta de vagas e de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica;
3. Oferecer bolsas de estudo e alternativas de financiamento aos jovens com dificuldades econômicas para o ingresso, manutenção e permanência no ensino superior;
4. Incentivar o empreendedorismo juvenil;
5. Ampliar a cobertura dos programas do primeiro emprego;
6. Promover atividades preventivas na área de saúde;
7. Criar áreas de lazer e estimular o desporto de participação;
8. Incentivar projetos culturais produzidos por jovens;
9. Garantir a inclusão digital, disponibilizando computadores nas escolas e nas universidades, oferecendo cursos e viabilizando o acesso à Internet (BRASIL, 2004, p.4) .

Somadas, essas 92 organizações desenvolvem 139 propostas de ações<sup>11</sup> socioeducativas nas áreas de: Educação, Sexualidade, Profissionalização, Cultura, Lazer e Artes, áreas essas consideradas como setores fundamentais de intervenção no PNJ.

---

<sup>11</sup> Utiliza-se o termo “proposta de ação socioeducativa”, pois se entende que a coleta de dados realizada nesta pesquisa, junto aos sítios eletrônicos das organizações, pode apenas inferir sobre o material ali expresso como proposta de ações que são realizadas nos territórios das respectivas ONGs, não tendo condições de constatar se tais ações acontecem como o descrito. De todo modo, para o objetivo desta pesquisa, que é o de compreender qual e que tipo de trabalho socioeducativo vem sendo realizado na cidade de São Paulo com jovens de 15 a 24 anos, o uso da noção de proposta de ação socioeducativa possibilita a contemplação do objetivo da pesquisa.

**Tabela 1 – Ações das organizações não governamentais por área de atuação**

Área	Frequência absoluta (fi)	Frequência relativa %
Profissionalização	66	47%
Educação	41	29%
Cultura	20	15%
Lazer	7	4%
Sexualidade	3	3%
Artes	2	2%
Total	139	100%

**Fonte:** Sítio eletrônico das ONGs que compõem a amostra. Dados coletados entre Março e Junho de 2013.

Essas organizações e suas propostas de ação estão localizadas em 40 dos 96 distritos<sup>12</sup> administrativos da Cidade de São Paulo, sendo que a Zona Leste possui o maior número de distritos, 33 no total, e apenas nove organizações atuam em seu território, perfazendo um total de 13 propostas de ações socioeducativas. Em seguida, vem a Zona Sul com 25 distritos, que possui 49 organizações que atuam em seus territórios, perfazendo um total de 71 propostas de ações socioeducativas. Logo após vem a Zona Norte, com 18 distritos, com nove organizações atuando em seus territórios, perfazendo um total de 16 propostas de ações socioeducativas. Na sequência vem a Zona Oeste, com 15 distritos, com o número total de 11 organizações atuando em seus territórios, perfazendo um total de 18 propostas de ações socioeducativas. Por último está o Centro, com oito distritos, com 13 organizações atuando em seus territórios, perfazendo um total de 21 propostas de ações socioeducativas.

As tabelas a seguir, expõem os valores considerando as regiões da cidade de São Paulo, a quantidade de organizações não governamentais (ONGs) e as ações socioeducativas desenvolvidas.

---

<sup>12</sup>Para saber mais sobre a organização administrativa da Cidade de São Paulo, consultar:  
[www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br)

**Tabela 2 – Regiões da Cidade de São Paulo e o respectivo número de distritos contemplados pelas ONGs e o índice demográfico de cada região.**

Região da Cidade	Nº de Distritos	Distritos contemplados pelas ONGs	Índice demográfico da região*
Leste	33	9	4.036,25
Sul	25	13	3.659,27
Norte	18	5	2.244,39
Oeste	15	8	1.042,00
Centro	8	5	423,25
Total:	96	40	2.281,03+/-

**Fonte:** Sítio eletrônico das ONGs que compõem a amostra. Dados coletados entre Março e Junho de 2013. \*Fonte: [www.seade.sp.gov.br](http://www.seade.sp.gov.br). Acesso em: Novembro/2013

Na razão entre número de distritos de cada região e de ONGs atuantes e na razão entre número de distritos e propostas de ações direcionadas para cada região é possível verificar a distribuição desigual do atendimento aos jovens na cidade de São Paulo. Observa-se que as regiões Sul e Central são as mais atendidas, com mais de uma ONG e mais de uma proposta de ação socioeducativa por distrito, em média, e a região Leste é a menos atendida, com uma ONG para cada três distritos e uma proposta de ação socioeducativa para cada dois distritos, em média. A tabela a seguir mostra essa realidade:

**Tabela 3 – Razão entre número de distritos, número de ONGs e entre número de distritos e propostas de ações socioeducativas.**

Região da Cidade	Nº de Distritos	ONGs atuantes na região	Razão distritos/ONGs	Propostas de ações Socioeducativas direcionadas para a região	Razão distritos/Propostas
Leste	33	9	3,67	13	2,54
Sul	25	49	0,51	71	0,35
Norte	18	9	2,00	16	1,12
Oeste	15	11	1,36	18	0,83
Centro	8	14	0,61	21	0,38
Total:	96	92	-	139	-

**Fonte:** Sítio eletrônico das ONGs que compõem a amostra. Dados coletados entre Março e Junho de 2013.

Para compreendermos a dinâmica da execução da política social para os jovens na cidade, realiza-se aqui o exercício de cruzar os dados referentes ao coorte populacional juvenil, os distritos e as propostas de ações desenvolvidas. Para tanto, apresenta-se analisar primeiro a organização por índice de privação juvenil utilizado nesta pesquisa.

A primeira questão relevante é compreender a dimensão de alcance das propostas de ações executadas. Por exemplo, na Zona Leste de São Paulo, há 33 distritos, sendo nove contemplados pelas ONGs, num total de 14 propostas de ações socioeducativas. Para saber se o número de propostas de ações executadas pelas ONGs nos territórios da cidade atinge quantidade significativa de jovens, observemos a tabela a seguir:

**Tabela 4 – Ações das ONGs por área de atuação, demonstração por distrito, coorte populacional juvenil (de 15 a 24 anos) e ações socioeducativas**

Distrito	Nível de Privação Juvenil	Populacional juvenil*	Propostas de ações socioeducativas
Bela Vista (região central)	1	7772	5
Campo Belo (zona sul)	1	6283	2
Consolação (região central)	1	6662	2
Morumbi (zona sul)	1	6535	2
Santa Cecilia (região central)	1	9805	2
Sé (região central)	1	3685	6
Total parcial	-	40742	19
Bom Retiro (região central)	2	5214	4
Butantã (zona oeste)	2	6306	2
Cambuci (região central)	2	4676	1
Ipiranga (zona sul)	2	14451	3
Jaguaré (zona oeste)	2	7814	3
Lapa (zona oeste)	2	7122	2
Mooca (zona leste)	2	9333	1
Perdizes (zona oeste)	2	12020	1
Pinheiros (zona oeste)	2	6232	5
Santo Amaro (zona sul)	2	8135	9
Vila Mariana (zona sul)	2	12656	2
Vila Leopoldina (zona oeste)	2	5054	2
Vila Sônia (zona oeste)	2	16415	2
Total parcial	-	115428	37
Agua Rasa (zona leste)	3	10431	1
Aricanduva (zona leste)	3	12902	1
Barra Funda (zona oeste)	3	1689	2
Jabaquara (zona sul)	3	32598	2
Jaçana (zona norte)	3	15098	4

**Fonte:** Sítio eletrônico das ONGs que compõem a amostra. Dados coletados entre Março e Junho de 2013.

\*Fonte: www.seade.sp.gov.br Acesso em: Novembro/2013

É preciso considerar que, dos 865.894± jovens entre 15 e 24 anos, apenas um pequeno número é contemplado pelas 139 propostas de ações socioeducativas. Cada proposta de ação empreendida pelas organizações não governamentais atende em média 70 jovens. Juntas, as 139 propostas de ações, atenderiam 9.730 jovens.

A tabela a seguir, expõe o valor total de jovens atendidos pelas ONGs e suas propostas de ações socioeducativas e o índice populacional juvenil de cada distrito onde as organizações estão inseridas.

**Tabela 5. Distribuição do público atendido pelas ongs em relação aos distritos e populacional juvenil**

Distrito	Populacional juvenil*	Jovens atendidos pelas ONG's	Percentual de jovens atendidos pelas ONGs em relação o populacional juvenil**
Agua Rasa (zona leste)	10431	1068	10.23%
Aricanduva (zona leste)	12902	Não consta	Não consta
Barra Funda (zona oeste)	1689	Não consta	Não consta
Bela Vista (região central)	7772	460	4.40%
Bom Retiro (região central)	5214	560	10.74%
Brasilândia (zona norte)	48454	Não consta	Não consta
Butantã (zona oeste)	6306	Não consta	Não consta
Cachoeirinha (zona norte)	24343	Não consta	Não consta
Cambuci (região central)	4676	545	11.65%
Campo Belo (zona sul)	6283	Não consta	Não consta
Campo Limpo (zona sul)	35843	581	1.62%
Capão Redondo (zona sul)	48151	300	0.62%
Cidade Ademar (zona sul)	45461	1100	2.41%
Cidade Dutra (zona sul)	32690	220	0,67%
Consolação (região central)	6662	100	1.50%
Ermelino Matarazzo (zona leste)	19052	Não consta	Não consta
Freguesia do Ó (zona norte)	20552	90	0.03%
Guaianazes (zona leste)	19315	Não consta	Não consta
Grajaú (zona sul)	68575	240	0.34%
Ipiranga (zona sul)	14451	5672	39.24%
Itaquera (zona leste)	34534	120	0.34%
Jabaquara (zona sul)	32598	Não consta	Não consta
Jaçana (zona norte)	15098	Não consta	Não consta
Jaguaré (zona oeste)	7814	Não consta	Não consta
Jardim Ângela (zona sul)	57049	Não consta	Não consta
Jardim São Luiz (zona sul)	46502	1253	2.69%
Lapa (zona oeste)	7122	Não consta	Não consta
Mooca (zona leste)	9333	Não consta	Não consta
Morumbi (zona sul)	6535	Não consta	Não consta
Parelheiros (zona sul)	26392	Não consta	Não consta
Pedreira (zona sul)	26692	1040	3.92%
Penha (zona leste)	17497	248	5.77%

Perdizes (zona oeste)	12020	60	0,49%
Santa Cecilia (região central)	9805	Não consta	Não consta
Santo Amaro (zona sul)	8135	80	0.98%
São Mateus (zona leste)	25438	Não consta	Não consta
Sé (região central)	3685	2100	56.98%
Socorro (zona sul)	4701	Não consta	Não consta
Tatuapé (zona leste)	11531	Não consta	Não consta
Tremembé (zona norte)	34937	690	1.97%
Vila Mariana (zona sul)	12656	37	0.29%
Vila Leopoldina (zona oeste)	5054	90	1.78%
Vila Sônia (zona oeste)	16415	280	1.70
<b>Total</b>	<b>865.894±</b>	<b>17294</b>	<b>1.99%</b>

**Fonte:** Sitio eletrônico das ONGs que compõem a amostra. Dados coletados entre Março e Junho de 2013.

\*Fonte:[www.seade.sp.gov.br](http://www.seade.sp.gov.br). Acesso em: Novembro/2013.

\*\*Dados estimados segundo as informações disponibilizadas pelas ONGs.

Uma das questões apontadas no Capítulo 1, referente a justificativa da pesquisa, é que a forma como as organizações estão distribuídas geograficamente pela Cidade de São Paulo impede que elas tenham uma intervenção mais assertiva em relação ao total de jovens que podem ser contemplados por suas ações. É importante destacar alguns dados da tabela 3 como forma de ilustrar a discrepância entre a quantidade de jovens moradores nos distritos e a quantidade de jovens possivelmente contemplados nas propostas de ações educativas. Um caso isolado é o distrito da Sé, que, conforme o Quadro 1, compõe o conjunto de distritos tipificados como Nível 1 – Nenhuma Privação Juvenil, e que possuí 3685 indivíduos entre 15 e 24 anos, dos quais 56.98% são contemplados pelas propostas de ação desenvolvidas pelas ONGs. Pode-se pensar em duas explicações para esta realidade: i) é possível que os jovens contemplados sejam oriundos de outras partes da Cidade, mostrando assim, a forma de articulação que os jovens precisam criar para usufruir dos direitos básicos; ii) é necessário considerar que há nessa região da cidade uma quantidade grande de jovens em situação de rua e/ou abrigamento, fazendo com que usufruam da rede de serviço oferecidas nesse distrito.

Em todos os casos, o distrito da Sé é de forma evidente a exceção que confirma a regra. A maioria esmagadora das intervenções realizadas pelas ONGs, segundo seus sítios eletrônicos, não atingem uma quantidade significativa de jovens em situação de vulnerabilidade social. Distritos como Freguesia do Ó (Nível de Privação 2 – Zona Norte – com 0,03% dos jovens moradores do distritos contemplados pelo trabalho das ONGs) constituem a maioria na realidade investigada. Se analisarmos o alcance das propostas de ações socioeducativas, desenvolvidas pelas organizações, observa-se que em média atentem 124 jovens.

Impõe-se uma questão importante: será que mesmo não atingindo cerca de 60% dos jovens em situação de vulnerabilidade da cidade de São Paulo, o trabalho desenvolvido pelas organizações não governamentais, tem algum efeito na realidade desses jovens que vivem em situação de vulnerabilidade?

Os dados até aqui apresentados, visam, de maneira geral, explanar a dinâmica que as ONGs e suas ações desempenham nos territórios da cidade de São Paulo.

### **3.2 Faixa etária dos jovens atendidos pelas ONGs**

O coorte etário utilizado nesta pesquisa segue a orientação da UNESCO presente no documento “Os jovens no Brasil: desigualdade multiplicadas e novas demandas políticas”, de autoria de Marilia Pontes Sposito , que é o recorte populacional de indivíduos com idade entre 15 e 24 anos.

Os grupos etários que constaram no formulário<sup>13</sup> de coleta de dados foram organizados de maneira a privilegiar o modo como as ONGs descrevem suas ações e o público-alvo. Primeiro, apresenta-se as idades isoladamente, em seguida cruza-se idade, área e distrito.

---

<sup>13</sup> Vide anexo.

**Tabela 6 – Faixa etária dos jovens atendidos em relação ao número total (92) das organizações não governamentais pesquisadas**

Faixa etária	Frequência absoluta fi	Frequência Relativa %
15 – 17	14	15,00%
15 – 18	15	16,00%
15 – 24	58	63,00%
16 – 24	3	3,00%
17- 21	1	1,00%
18 – 24	1	1,00%
Total	92	100,00%

**Fonte:** Sítio eletrônico das ONGs que compõem a amostra. Dados coletados entre Março e Junho de 2013.

Analizar as intervenções, considerando as faixas etárias possibilita compreender o fato de 47% das 139 propostas de ações socioeducativas serem da área da profissionalização. A faixa etária compreendida entre 15 a 24 anos, que representa o público-alvo de 63% das propostas de ações socioeducativas realizadas, é também, segundo o DIESSE<sup>14</sup>, o grupo etário que mais tem dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, seja por baixa escolaridade, uma vez que os empregadores, na maioria das vezes, exigem escolaridade elevada, seja por falta de experiência profissional. Sendo assim, programas e ações que visem a qualificação e a inserção profissional dos jovens são valorizados e priorizados. Porém, não podemos esquecer que a principal função da política social para a juventude, como prevê o PNJ (2004), é o de formar e emancipar os jovens brasileiros, garantindo cidadania, o que não se faz unicamente com a inclusão no mercado de trabalho.

O quadro a seguir, expõe as áreas de atuações das ONGs, por faixa etária e distrito, e permite compreender o desenho das propostas de ações socioeducativas desenvolvidas pelas organizações.

---

<sup>14</sup> Estudo publicado no final do primeiro semestre de 2013 e noticiado no Jornal *O Globo* (Julho/2013).

**Quadro 3 – Distribuição das propostas de ações socioeducativas por faixa etária e distrito.**

Distrito	Faixa etária	Nº de ONGs	Nº de ações socioeducativas	Área das propostas de ação socioeducativas
Agua Rasa (zona leste)	15-24	1	1	Profissionalização
Aricanduva (zona leste)	15-17	1	1	Profissionalização
Barra Funda (zona oeste)	15-17	1	2	Educação-Cultura
Bela Vista (região central)	15-25 / 18-24	4	5	Profissionalização-Educação-Cultura
Bom Retiro (região central)	15-17/15-18/17-21	3	4	Profissionalização-Educação
Brasilândia (zona norte)	15-24	2	4	Profissionalização-Sexualidade-Educação
Butantã (zona oeste)	15-17	1	2	Educação-Profissionalização
Cachoeirinha (zona norte)	15-24	1	2	Cultura-Profissionalização
Cambuci (região central)	15-24	1	1	Profissionalização
Campo Belo (zona sul)	15-24	1	2	Educação- Profissionalização
Campo Limpo (zona sul)	15-24	6	9	Cultura-Artes-Profissionalização-Sexualidade-Lazer-Educação
Capão Redondo (zona sul)	15-24	3	6	Educação-Profissionalização-Cultura-Lazer
Cidade Ademar (zona sul)	15-17/ 15-24	8	13	Cultura-Artes-Educação-Profissionalização
Cidade Dutra (zona sul)	15-24/ 15-18	3	5	Cultura-Artes-Profissionalização-Lazer
Consolação (região central)	15-24	2	2	Sexualidade-Profissionalização
Ermelino Matarazzo (zona leste)	15-24	1	1	Profissionalização
Freguesia do Ó (zona norte)	15-17 / 15-24	2	2	Profissionalização-Educação
Grajaú (zona sul)	15-24	2	2	Profissionalização
Guaiianazes (zona leste)	15-18	1	2	Educação-Cultura
Ipiranga (zona sul)	15-24	2	3	Profissionalização-Sexualidade
Itaquera (zona leste)	15-24	1	2	Educação-Cultura

Jabaquara (zona sul)	15-18/15-24	2	2	2	Profissionalização
Jaçana (zona norte)	15-24	2	4	4	Educação-Profissionalização-Cultura-Lazer
Jaguaré (zona oeste)	15-17 / 15-24	2	3	3	Profissionalização-Educação
Jardim Ângela (zona sul)	15-24	3	6	6	Educação-Profissionalização-Cultura
Jardim São Luiz (zona sul)	15-24 / 15-17	4	7	7	Educação-Profissionalização
Lapa (zona oeste)	15-17	1	2	2	Profissionalização
Mooca (zona leste)	15-17	1	1	1	Profissionalização
Morumbi (zona sul)	15-24	1	2	2	Educação-Profissionalização
Parelheiros (zona sul)	15-18	1	1	1	Profissionalização
Pedreira (zona sul)	15-18	1	1	1	Profissionalização
Penha (zona leste)	15-18	1	2	2	Cultura-Lazer
Perdizes (zona oeste)	15-24	1	1	1	Educação
Pinheiros (zona oeste)	15-24	3	5	5	Profissionalização-Educação-Cultura
Santa Cecília (região central)	15-24	1	2	2	Educação-Cultura
Santo Amaro (zona sul)	15-17 / 16-24/15-25	6	9	9	Cultura-Educação-Profissionalização
São Mateus (zona leste)	15-18	1	2	2	Educação-Profissionalização
Sé (região central)	15-18 / 15-24	3	6	6	Educação-Cultura-Profissionalização
Socorro (zona sul)	15-18	1	1	1	Profissionalização
Tatuapé (zona leste)	15-18	1	2	2	Educação-Profissionalização
Tremembé (zona norte)	15-24	2	4	4	Educação-Profissionalização-Lazer
Vila Leopoldina (zona oeste)	15-18	1	2	2	Educação-Profissionalização
Vila Mariana (zona sul)	16-24	2	2	2	Profissionalização
Vila Sônia (zona oeste)	15-18	1	2	2	Educação-Profissionalização

Este quadro possibilita visualizar, de acordo com a idade e distrito, as áreas de atuação das organizações. Pode-se destacar duas coisas fundamentais: primeiro, o prevalecimento da faixa próxima aos 15 anos como principal faixa etária contemplada nas ações desenvolvidas e, segundo, a concentração de duas áreas específicas de intervenção socioeducativa. Há três ponderações necessárias a fazer: a) a maioria dos programas se propõe a atender jovens a partir dos 15 anos, e a maioria das ações é voltada para a área da qualificação e inserção profissional (profissionalização); isso pode se justificar pelo fato de que, segundo o material consultado nos sítios eletrônicos das organizações, os cursos duram em média um ano e, desse modo, como prevê a legislação trabalhista brasileira, os jovens só podem ser contratados no mercado de trabalho após os 16 anos. Portanto, a idade de ingresso e o tempo de duração do curso, coincidem com a obrigatoriedade da idade mínima prevista em lei; b) aos 15 anos, hipoteticamente, os jovens estão cursando o primeiro ano do Ensino Médio e, de acordo com o material consultado nos sítios das ONGs, estar cursando o Ensino Médio é uma das exigências para participar dos referidos programas; e c) conforme o que sugere a curva da violência disponibilizada no sítio eletrônico do SEADE, os jovens com idade de 15 anos, estão abaixo da média de jovens mortos e/ou infratores: a concentração ocorre nas idades entre 12 e 14 e entre 17 e 21 anos.

A tabela a seguir, expõe os valores referentes ao binômio idade e área de atuação das ONGs:

**Tabela 7. Área de atuação das ONGs e faixa etária atendida**

Área das prop. de ações	15- 17	15 - 24	15 - 18	16 - 24	17 - 21	18 - 24	Total
<b>Socioeducativas</b>							
Profissionalização	13	40	11	2	1	18	68
Educação	4	28	5	1	-	5	39
Lazer	-	4	2	-	-	-	6
Cultura	3	13	4	1	-	-	21
Artes	1	2	-	-	-	-	3
Sexualidade	-	5	-	-	-	-	-
Total	--	--	--	--	--	--	152

**Fonte:** Sítio eletrônico das ONGs que compõem a amostra. Dados coletados entre Março e Junho de 2013.

A seguir, analisam-se as áreas de atuação socioeducativa desenvolvida pelas organizações não governamentais.

### 3.3 Áreas de atuação das ONGs

Um dos pontos importantes, ao elaborar o formulário de coletas de informações nos sítios eletrônicos das organizações, foi justamente a delimitação das áreas de atuação das propostas de ações socioeducativas desenvolvidas com os jovens. As áreas de atuação aqui descritas correspondem às informadas pelas organizações em seus materiais disponíveis nos sítios eletrônicos. É importante sabermos, o que significa, ou seja, a que tipo de atividade corresponde cada uma das áreas de atuação tipificadas nesta pesquisa.

- ✓ Profissionalização: são propostas de projetos, programas e/ou ações<sup>15</sup> que visam à qualificação profissional do jovem para sua inserção no mercado de trabalho. As áreas de formação correspondem com a realidade econômica da cidade de São Paulo (atuação no setor de serviços e indústria automobilística ou metalúrgica) e as propostas de ações socioeducativas estão ligadas a dois programas do Governo Federal (*Programa Jovem Aprendiz* e *Programa Meu Primeiro Emprego*<sup>16</sup>). As propostas de ação socioeducativa profissionalizante acontecem com duração média de seis meses a um ano e 38 dessas propostas são financiadas com recursos oriundos da Parceria Público-Privado<sup>17</sup> (PPP).
- ✓ Educação: são propostas de projetos, programas e/ou ações socioeducativas desenvolvidas no âmbito da complementação escolar, formação para o protagonismo juvenil (estímulo a participação política através de grêmios estudantis, fóruns setoriais, organização comunitária).

---

<sup>15</sup> Programas: ações socioeducativas desenvolvidas dentro de um projeto específico, por exemplo, o projeto “Projeto de Redução de Danos em HIV – Programa Camisinha tô dentro” (ações de educação e orientação para o uso do preservativo durante as relações sexuais). Ações: são estratégias pontuais para intervir na realidade do público-alvo (definição desenvolvida pela autora).

<sup>16</sup> Mais informações consultar [www.trabalho.gov.br](http://www.trabalho.gov.br).

<sup>17</sup> Parcerias Público Privado são ações desenvolvidas pelo Poder Público (em qualquer uma das esferas) e empresas que se interessem por determinados projetos. No geral, o Estado arca com o recurso financeiro e as Empresas com o recurso humano.

Um dos programas do Governo Federal, administrado pelos Municípios, que serve como parâmetro para a articulação das propostas de ações socioeducativas na área da educação é o Programa Agente Jovem<sup>18</sup>, cuja matriz é a formação política e cidadã de jovens entre 16 e 24 anos moradores de territórios em situação de vulnerabilidade social.

- ✓ Cultura: as propostas de ações socioeducativas culturais estão ligadas ao campo do teatro, música e cinema. Das 20 propostas de ações realizadas nesse campo, oito são financiadas por empresas e 90% destas estão localizadas em territórios tipificados nesta pesquisa como Nível 1 da Privação Juvenil, ou seja, são territórios que não apresentam vulnerabilidade. Há ainda, um grupo de propostas de intervenção no campo da cultura (11 no total) financiadas com recursos oriundos das Parcerias Público Privado.
- ✓ Lazer: as propostas de ação no campo do lazer estão ligadas a dança, esporte, como futebol, capoeira e jogos (das mais variadas expressões). Das sete propostas de ações socioeducativas de lazer, quatro são financiadas por Parceria Público Privado, seguida por duas propostas de ações que são financiadas por empresas. É interessante destacar que as duas propostas de ações financiadas por empresas se encontram em territórios tipificados como Nível 1 de Privação Juvenil.
- ✓ Artes: as propostas de ações socioeducativas do campo da arte estão ligadas as artes plásticas como o grafite (expressão artística ligada a Cultura HIP HOP<sup>19</sup>), ballet, dança contemporânea, entre outros. É possível perceber, nos sítios eletrônicos das ONGs, uma dificuldade de conceituação sobre a caracterização da área socioeducativa da arte, o que dificulta a descrição do conjunto de proposta de ações e práticas desenvolvidas nesse campo. Foi

---

<sup>18</sup> Entre os anos de 2004 e 2005 atuei como educadora do Programa Agente Jovem no distrito da Brasilândia. Na época, os jovens recebiam um curso de formação em cidadania, direitos humanos, meio ambiente, empreendedorismo social e contavam com ajuda de custo de 65 reais.

<sup>19</sup> Cultura HIP HOP é um movimento literário, musical e estético criado em meados dos anos 1980 por jovens oriundos das periferias do Brasil, sobretudo da cidade de São Paulo, composto por três elementos: rap (música), break (dança) e grafite (artes visuais). (Definição da autora a partir de sua experiência como integrante da Cultura HIP HOP).

identificado somente duas propostas de ações socioeducativas na área das artes, sendo uma financiada pela União e outra pelo governo estadual.

- ✓ Sexualidade: as propostas de ações socioeducativas no campo da sexualidade são desenvolvidas por duas organizações. São programas que atuam no campo da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, dentre elas o HIV<sup>20</sup> (que atinge principalmente jovens homossexuais e meninas entre 12 e 15 anos) e um programa de prevenção da gravidez na adolescência, voltado especificamente para meninas entre 15 e 21 anos que já são mães.

A tabela a seguir expõe os valores totais, cruzando área de atuação e origem do financiamento.

**Tabela 8. Áreas de atuação das propostas de ações socioeducativas de acordo com a origem do financiamento**

Área	Empresa	União	Estado	Município	FUNCAD <sup>21</sup>	PPP <sup>22</sup>
Profissionalização	24	-	-	3	1	38
Educação	8	-	1	7	1	24
Cultura	5	-	-	4	-	11
Lazer	2	1	-	-	-	4
Artes	-	1	1	-	-	-
Sexualidade	-	-	-	-	-	3
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>80</b>

**Fonte:** Sítio eletrônico das ONGs que compõem a amostra. Dados coletados entre Março e Junho de 2013.

A origem dos recursos que financiam as propostas de ações socioeducativos permite analisar o fato de haver concentração de

---

<sup>20</sup> Durante o ano de 2011 coordenei esse projeto de prevenção de danos entre jovens homossexuais, um projeto piloto, que posteriormente foi expandido para o circuito de exploração sexual no Brasil (Rio de Janeiro, Recife, Belém e Salvador).

<sup>21</sup> FUNCAD: O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente(FUNCAD) é mantido a partir da doação de pessoas física e jurídica domiciliadas na Cidade de São Paulo, sendo administrado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, e seus recursos são destinados a programas de atendimentos a criança e ao adolescente de acordo com as diretrizes previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Vide Lei Federal 8069/90.

<sup>22</sup> PPP – Parceria Público Privada.

determinados financiadores em determinadas áreas de atuação das ONGs, o que parece estar relacionado também com a localização territorial dessas organizações. No caso das organizações financiadas por empresas, 90% delas estão localizadas em territórios de Nível de Privação Juvenil 1 (nenhuma vulnerabilidade social e juvenil), ao passo que as organizações não governamentais, cuja ações são financiadas pelo Poder Público nas três esferas, estão localizadas nos territórios pertencentes aos Níveis de Privação Juvenil 3 e 4 (média e alta vulnerabilidade social e juvenil).

No Capítulo 4, examina-se como a origem dos recursos que financiam as propostas de ações socioeducativas desenvolvidas pelas organizações relaciona-se com a localização territorial da ONGs e, principalmente, como a forma do trabalho a ser desenvolvido é proposto, incidindo, inclusive, nos objetivos a serem atingidos.

## **Capítulo 4 - O papel das ONGs: formação, controle e barbárie**

O governo do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa.

(K. MARX e F. ENGELS, Manifesto Comunista)

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual) possibilitando que assuma um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas. (SINASE: p. 52)<sup>23</sup>

Os critérios utilizados para a extração da amostra caminharam no sentido de possibilitar que as organizações analisadas estivessem localizadas nos quatro níveis de privação juvenil, que atendem jovens da faixa etária considerada (dos 15 aos 24 anos) e realizem intervenções nas seis áreas<sup>24</sup> definidas para esta pesquisa (profissionalização, educação, cultura, artes, sexualidade, lazer). O objetivo principal da análise é o de desvelar as peculiaridades das organizações não governamentais, evidenciando suas semelhanças e diferenças.

É uma tarefa difícil possibilitar que o leitor visualize as diferenças e tensões presentes nas 92 organizações que compõem este estudo, mas isso é fundamental para que consigamos compreender a efetivação das políticas de atendimento aos jovens pobres e vulneráveis na cidade de São Paulo e, também, os diferentes grupos que atuam nas ações destinadas a esses jovens.

### **4.1 A relação entre Estado e organizações não governamentais**

---

<sup>23</sup> SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo, Brasília: 2006.

<sup>24</sup> As áreas aqui apresentadas são as mesmas definidas no Capítulo II.

O papel das organizações não governamentais é o da garantia dos direitos sociais básicos aos indivíduos, para que assim possam se constituir enquanto cidadãos. Ao considerar o acesso aos direitos sociais básicos como forma de consolidação da cidadania, Tilly (1998, p.206) indica que: “[...] *Remember that by citizenship we still of persons defined exclusive by their legal attachment to the same state [...]*”. Sendo assim, a noção de marginalidade<sup>25</sup> pode ser usada para definir aquele indivíduo que está a margem dessa relação, seja porque cometeu algum crime ou por qualquer outra razão que tenha feito com que conviva não integrado, dessa maneira, quebrando o contrato social com o Estado; ou, de outra parte, marginal é o sujeito cujo Estado não garantiu seus direitos sociais básicos, o deixando fora da cidadania, tal qual Tilly (1998) a define.

Fica claro que para discutir as organizações não governamentais, uma vez que essas cumprem a função do Estado, é necessária uma análise sobre qual Estado estamos falando.

Mascaro, em seu livro *Estado e Forma Política* (2013), escreve que:

O Estado, tal qual se apresenta na atualidade, não foi uma forma de organização política vista em sociedades anteriores da história. Sua manifestação é especificamente moderna, capitalista. [...] No capitalismo, no entanto, abre-se a separação entre o domínio econômico e o domínio político. O burguês não é necessariamente o agente estatal. Na condensação do domínio político em uma figura distinta da do burguês, no capitalismo, identifica-se especificamente os contornos do fenômeno estatal. (Mascaro, 2013, p. 17)

O autor, assim, ajuda a definir o papel do Estado na sociedade capitalista, moderna e dividida em classes e, em certa medida, a compreender que aquilo que Marcuse (1964) denomina de sujeito unidimensional<sup>26</sup>, sustenta-

---

<sup>25</sup> A marginalidade causa ao Estado outro problema, que é de criar mecanismos nas esferas de poder (legislativo, executivo, judiciário), estratégias e formas ditas democráticas de resolver esse problema como, por exemplo, as leis penais e, no nosso caso, as leis penais juvenis.

<sup>26</sup> Sujeito unidimensional é o resultado da paralisia da crítica, o que promoveu certo nivelamento de consciência entre as classes sociais, fazendo com que o proletariado se reconheça e legitime o modo de vida burguês e, ainda, anulando a noção de luta de classes no cotidiano dos indivíduos.

se justamente sobre o papel que o Estado desempenha na formação das consciências dos indivíduos. Sendo assim:

A existência de um nível político apartado dos agentes econômicos individuais dá a possibilidade de influir na constituição de subjetividades e lhes atribuir garantias jurídicas e políticas que corroboram a própria reprodução da circulação mercantil e produtiva. E, ao contribuir para tornar explorador e explorado sujeitos de direitos, sob um único regime político e um território unificado normativamente, o Estado constitui, ainda afirmativamente, o espaço de uma comunidade, no qual se dá o amálgama de capitalistas e trabalhadores sob o signo de uma pátria ou nação. (Mascaro, 2013, p.19)

Esse elemento, o “sujeito de direito”, é o elemento fundamental para a análise crítica sobre o papel das organizações governamentais no processo de formação da juventude pobre e trabalhadora (ou, dita em outro termo, vulnerável socialmente).

A noção de sujeitos de direitos foi aprofundada no processo de elaboração da Constituição e de redemocratização do Brasil, em idos dos anos 1980 no Brasil. No cenário da infância e da juventude<sup>27</sup> cunha-se esse termo como forma de explicitar que, doravante, crianças e jovens deixam de serem objetos de direito (a quem o direito é dirigido) para serem sujeitos de direitos (indivíduos cujos direitos são garantidos pelo Estado, enquanto representante máximo dos interesses da sociedade brasileira).

No entanto, ideologicamente, a noção “sujeito de direito” cria a ideia de que todos são iguais, e que o único papel do Estado é fazer a gestão desses direitos. É nesse cenário que as ONGs atuam, imersas nesse campo de contradição (o mesmo Estado que garante os direitos, permite que os grupos façam aquilo que deveria fazer). Pois bem, as ONGs aparecem de duas maneiras: primeiro, atuam como braço direto do Estado, enquanto executora das políticas sociais básicas, e, segundo, atuam como instâncias ligadas ao Estado que contribuem com a conformação da classe trabalhadora. Além disso, pode-se acrescentar algo que já foi trazido à tona por Engels (2003), na

---

<sup>27</sup> Para mais informações, consultar Pini (2003).

obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, sobre as condições de vida dos operários e a forma como os arranjos familiares se constituem, em grande parte por causa das condições de vida e de trabalho e, também, pelo fato da noção de família (enquanto propriedade de um homem), ser uma concepção tipicamente burguesa.

A família, importante instituição formadora na modernidade, também vem sofrendo com as tensões sociopolíticas e econômicas. Outros rearranjos familiares, como a constituição de famílias monoparentais (compostas por um genitor, seja o pai ou a mãe), e a forte presença de famílias chefiadas por mães solteiras e jovens (como apontado pelo Mapa da Exclusão/Inclusão Social de 2004), têm demonstrado as dificuldades destas de garantirem a formação básica aos seus membros, seja por causa da extensa jornada de trabalho, seja pelas condições precárias de vida. Cabe, então, ao Estado, exercer esse papel. E a forma como o Estado exerce esse papel socializador pode ser expresso por meio da escolarização. No caso brasileiro, isso também ocorre, mas, a partir dos anos 1970, a atuação das organizações não governamentais nas áreas sociais é cada vez mais presente. Fato esse reforçado pela maneira como tais organizações definem suas tarefas, chamando para si a missão e os valores educativos e formativos da juventude excluída e marginalizada. Tal afirmação está muito presente, conforme verificado durante a coleta de dados nos sítios eletrônicos das organizações. Ao procurar localizar a informação referente à atividade socioeducativa desenvolvida, entre tantas ações, estava explicitado a missão social da instituição: ser "um espaço familiar e acolhedor dos jovens e suas angústias".

A propósito da família, Horkheimer e Adorno (1973) asseveram:

[...] A família está submetida a uma dinâmica de caráter duplamente social. Por um lado, a crescente socialização – racionalização, integração de todas as relações humanas na sociedade de troca plenamente desenvolvida – tende a comprimir e negar ao máximo o elemento irracional e natural-espontâneo, desde o ponto de vista da sociedade, no ordenamento familiar. Por outro lado, o desequilíbrio entre o indivíduo e forças totalitárias da sociedade intensifica-se de tal modo que, com frequência, o indivíduo é coagido a procurar uma

espécie de refúgio, recolhendo-se em microgrupos do tipo da família  
[...] (HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p.133)

É possível afirmar que, na atualidade e face aos percalços que os processos de constituição familiar da classe trabalhadora vêm sofrendo nas últimas décadas, em decorrência das mudanças do país (como, por exemplo, o período de carestia entre 1970-80, que levou à migração de muitos homens chefes de família de uma região para outra, deixando muitas vezes as esposas sozinhas com os filhos, ou até mesmo o encarceramento crescentes dos homens da classe trabalhadora, fazendo com que suas companheiras, tenham que assumir o sustento do lar, deixando os filhos menores a mercê de vizinhos ou de instituições filantrópicas), as organizações não governamentais acabam desenvolvendo esse papel de minigrupos que acolhem os indivíduos – nesse caso, os jovens pobres e moradores da periferia – disseminando a ideologia de que aquela organização, com a finalidade de executar pelo Estado, as políticas sociais básicas, como a profissionalização, não é um espaço apenas de formação técnica, mas também socializador dos indivíduos.

Outro aspecto que precisa ser destacado é o fato de que tais organizações são ligadas a grupos ou segmentos da sociedade, com interesses distintos da classe trabalhadora. O que poderia ser um espaço de formação e emancipação dos jovens, muitas vezes se constitui em apenas lugar de controle e conformação, como no caso das organizações que atuam com qualificação profissional e que são financiadas por empresas. Ao término do curso, essas empresas contratarão os jovens como aprendizes, sem nenhum tipo de direito trabalhista; e esse "contrato" durará exatamente o tempo que a próxima turma de jovens será formada, um tempo médio de seis meses a um ano, conforme observado nos sítios eletrônicos das ONGs, no descriptivo referente às ações socioeducativas desenvolvidas pelas instituições junto ao seu público alvo.

A seguir, analisa-se uma amostra de ONGs, buscando identificar as contradições que compõem a forma como tais instituições propõem atuar nas comunidades vulneráveis e com os jovens moradores desses territórios. Ressalte-se novamente, que essa é uma tarefa difícil, pois nem sempre tais contradições se mostram tão evidentes. De qualquer modo, considera-se que

distintas organizações podem ser lugar de opressão e conformação e/ou resistência e transgressão.

#### **4.2 Os dois lados da mesma moeda**

Foram selecionadas dez organizações não governamentais a partir de sorteio. Como destacado no Capítulo II, as informações que são o material de análise desta pesquisa foram colhidas dos sítios eletrônicos das organizações que compuseram o universo da investigação. Tais dados foram organizados em um banco de dados e, para facilitar a descrição e análise, organizou-se quadro descritivo considerando as variantes<sup>28</sup>: dados da instituição, faixa etária, área de atuação, sexo dos usuários, financiamento, nível de privação juvenil<sup>29</sup>, distrito e proposta de projetos ou ações socioeducativas.

As organizações não terão seus nomes apresentados. Aqui são identificadas apenas por números de um a dez.

---

<sup>28</sup> Ver anexo onde consta o modelo de formulário utilizado nesta pesquisa.

<sup>29</sup> No formulário de coleta de dados, essa variante está identificada como Índice de Vulnerabilidade Sócio Juvenil.

**Quadro 4. Descrição das organizações não governamentais.**

ONG	Dados da Instituição	Faixa Etária	Área de atuação <sup>30</sup>	Sexo dos Usuários	Financiamento	Nível de Privação Juvenil	Distrito	Proposta de Ações socioeducativas
ONG 1	Organização religiosa fundada na década de 1960. Exerce atividades no campo da educação, cultura e assistência social.	15-17	Educ Prof	Misto	Poder Público Capital Privado	Baixa Privação	Butantã	Reforço Escolar, Curso Técnico de Informática,
ONG 2	Fundada nos anos 1960, sua tarefa inicial era ser um espaço de cuidado para os filhos das mães trabalhadoras. Hoje atua com crianças e jovens com a filosofia de “não dar o peixe, mas ensinar a pescar”.	15-24	Prof	Misto	Poder Público Capital Privado	Alta Privação Juvenil	Campo Limpo	Programa de Formação de Jovens com ênfase nas competências sociais e empreendedoras, desenvolvendo autonomia e independência em futuros profissionais.
ONG 3	Fundada na década de 1960, atua com formação profissional de jovens carentes e promoção social. Oferece também curso de maternidade para mães adolescentes, com intuito de desenvolver o senso materno dessas meninas.	15-24	Prof Sex	Misto	Poder Público Capital Privado	Alta Privação Juvenil	Campo Limpo	Projeto Vida Nova de acompanhamento de gestantes de baixa renda, com doação de enxoval e uma cesta básica; e Programa Primeiro Emprego, com formação profissional de jovens que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, gerando capacidade e vontade de vencer no mercado de trabalho formal.
ONG 4	Promove o desenvolvimento moral e intelectual dos usuários, oferecendo à comunidade menos favorecida a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, visando sempre a interação indivíduo e sociedade.	15-24	Educ Prof	Misto	Município	Alta Privação Juvenil	Campo Limpo	Cursos para jovens com os seguintes conteúdos: informática, técnicas administrativas, comunicação, cultura, meio ambiente, cidadania, ética, psicologia, do trabalho e logística.
ONG 5	Fundada em 1989, sempre “apostou” no potencial da infância e juventude, buscando dignidade humana a partir da defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Tem por missão defender os direitos humanos da infância e juventude, pautada na lógica da proteção integral e na ótica das políticas públicas com construção e participação popular, entendendo as crianças, adolescentes e jovens	15-24	Cultura Artes	Misto	Estado	Alta Privação Juvenil	Inter-lagos	Promover a cultura na região, com a promoção das seguintes atividades: são exposições, shows e outros eventos coletivos e culturais da região compostos por jovens.

<sup>30</sup> Correspondência das abreviações: Educ – Educação; Prof – Profissionalização; Cul – Cultura; Laz – Lazer; Sex – Sexualidade; Art – Artes.

	como protagonistas de suas histórias.						
ONG 6	Fundada em 1984, tem por objetivo de promover o desenvolvimento global e participativo da comunidade, a partir de atividades de vocação, saúde, alfabetização, assistência à infância e juventude, trabalho comunitário, orientação familiar e profissional.	15-24	Prof	Misto	Poder Público e Capital Privado	Baixa Privação Juvenil	Ipiranga
ONG 7	Proporcionar aos adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social a oportunidade de educação e aprendizado profissional para a formação da autoestima e promoção da inclusão social e do exercício pleno da cidadania. Tem como valores a ética, justiça, solidariedade e igualdade.	15-24	Educ Prof	Misto	Empresa	Baixa Privação Juvenil	Jaguaré
ONG 8	Fundada em 1987, por rotarianos, a obra se destaca por manter projetos 100% gratuitos sem contar com recursos públicos em nenhuma esfera e ser financiada somente com doações de empresas para promover o ser humano, de modo que cada um possa ser agente de transformação de sua própria história. Atende jovens obrigatoriamente estudantes, provenientes de famílias com renda mensal de até três salários mínimos, adotando o critério de vincular a permanência na fundação à permanência na escola, contribuindo assim com a diminuição da evasão escolar, tão comum aos jovens pobres. Não entende jovens envolvidos com a marginalidade e ou com histórico de prisões.	15-24	Prof	Misto	Empresa	Nenhuma Privação Juvenil	Santo Amaro

ONG 9	Fundada em 1995, o objetivo é a atuação com jovens em situação de rua no centro de São Paulo, possibilitando a reinserção familiar e comunitária e a consolidação da cidadania desses jovens.	15-24 Educ Cult	Misto	Poder Público e Capital Privado	Nenhuma Privação Juvenil	Sé	Projeto Educação de Rua: promover a reintegração familiar e comunitária de crianças e adolescentes que fazem das ruas do centro de São Paulo seu espaço de moradia e sobrevivência. Garantir o direito à convivência familiar e comunitária e o acesso ao ensino formal.
ONG10	Fundada em 2001, tem como objetivo possibilitar às famílias condições de terem um futuro melhor, a partir da noção da responsabilidade social das empresas no novo milênio. Por meio do fortalecimento do voluntariado, estimulando os funcionários das empresas fundadoras da organização, espera-se que seja possível a inclusão profissional das famílias atendidas pelos projetos. Tendo como meta romper com as metas assistencialistas, aplica a máxima: ensinar a pescar e não dar o peixe.	15-18 Educ Prof	Misto	FUNCAD	Baixa Privacação Juvenil	Vila Sônia	Programa Caminhando: contribuir para o desenvolvimento dos adolescentes para que se tornem cidadãos mais críticos, participativos, capazes de construir seu projeto de vida. A proposta empreende e estrutura um programa com oportunidades educativas a serem oferecidas aos adolescentes que lhes permitam viver, conviver, produzir e ampliar cada vez mais seu conhecimento acerca de si mesmo e do mundo do qual é parte, além de gerar possibilidades efetivas de inclusão social, ajudando adolescentes a desenvolver suas potencialidades e encaminhando-os para o primeiro emprego.

Podemos dividir as organizações em três grupos: 1. As organizações que são diretamente financiadas por empresas e, portanto, englobam em suas propostas os princípios empresariais, bem como centram suas ações na inserção profissional desses jovens; 2. Organizações financiadas exclusivamente com recursos vindo do Poder Público (seja Estado, Município, União ou FUNCAD), cuja maior preocupação é a garantia e a defesa dos direitos dos jovens em situação de vulnerabilidade, centrando sua atuação em vários aspectos, mas, principalmente, no campo da educação, arte e cultura; e 3. Organizações financiadas com recursos vindos do Poder Público e de Empresas, que oscilam entre garantir os direitos sociais desses jovens através de duas ações, mas não perdem de vista a mentalidade empresarial, inclusive na sua concepção de formação (como, por exemplo, quando indicam a formação para a inserção no mercado de trabalho).

Essas três realidades estão entrelaçadas, pois expõem a ambiguidade presente no modo de conceber juventude e sua formação, além de indicar quais as formas de inclusão são valorizadas, quando o assunto é juventude vulnerável na cidade de São Paulo. Por outro lado, não podemos esquecer a origem do Terceiro Setor. É importante fazer menção a esse fato porque as organizações também têm seu modo de operar marcado pelo surgimento desse terceiro setor da economia mundial.

Organizações fundadas até 1990 tendem a ter um caráter mais político e filantrópico, pautadas ainda pela tradição brasileira de assistencialismo, comum aos movimentos eclesiais de base, que atuavam nas comunidades pobres da cidade de São Paulo (Gonh, 2012), ao passo que as fundadas depois desse período já surgem com esse ideário empresarial no seio de suas intervenções e concepção de sujeitos. É evidente, que as organizações mais antigas como a ONG1, por exemplo, buscaram se adaptar à esse padrão de gestão imposto pelo Terceiro Setor, inclusive como forma de buscar financiamentos, além dos parcos recursos destinados pelo Poder Público.

Em 1997, a Editora Paz e Terra, em parceria com o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE), lançou um livro intitulado *3º Setor – desenvolvimento social sustentável*, com artigos de diversos autores e intelectuais ligados ao campo da participação social e sociedade civil. Esses

artigos visaram construir, junto aos pesquisadores e interessados pela temática, um marco teórico e conceitual sobre o Terceiro Setor e sua atuação.

Assim, Ruth Cardoso, no artigo intitulado *Fortalecimento da Sociedade Civil*, afirma que:

Tenho a convicção de que o conceito de Terceiro Setor descreve um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social. Sua afirmação tem o grande mérito de romper a dicotomia entre o público e privado, na qual público era sinônimo de estatal e privado de empresarial. Estamos vendo o surgimento de uma esfera pública não estatal e de iniciativas privadas com sentido público. Isso enriquece e complefica a dinâmica social. (Cardoso, 1997, p.8)

Esse pequeno excerto indica, de forma bem clara, a tensão entre as ONGs e o Estado. Estado e empresas representam (ou deveriam representar) interesses distintos: enquanto ao Estado cabe defender e assegurar os direitos e interesse da maioria, às empresas cabe garantir os lucros e a reprodução do capital sejam possíveis; e mesmo que o processo de construção conceitual do que se denomina Terceiro Setor aponte para o fim dessa tensão, não se pode negar que essa tensão não será resolvida no plano conceitual.

De certo modo, o desenvolvimento do Terceiro Setor permitiu aos economistas a busca pela resolução de dois grandes problemas: de um lado, as dificuldades enfrentadas pelos sistemas de ensino na formação das novas gerações e, de outro lado, a crise econômica gerada pela suposta falta de mão de obra qualificada. É evidente que não se menciona a tendência do capital em expulsar a força de trabalho do processo produtivo e que é superestimada a capacidade da economia em gerar novos postos de empregos e absorver os desempregados. A própria ideologia da racionalidade tecnológica se encarrega de conformar esse panorama e de convencer os indivíduos de que o processo produtivo exige de cada um, cada vez mais, novos conhecimentos e capacidade de adaptação, esta última travestida de flexibilidade.

Ainda no mesmo livro citado, há o artigo de um economista estadunidense chamado Jeremy Rifkin, que expõe, do ponto de vista das

relações produtivas, a necessidade do surgimento e fortalecimento do terceiro setor:

Enquanto os três setores tradicionais – agricultura, manufatura e serviço - estão automatizando-se, assistimos ao surgimento de um novo setor, cujo papel é essencial na era da informação. Trata-se do “setor do conhecimento”. Os políticos e os economistas esperam que possa ser criado igual número de empregos nesse setor na medida em que são eliminados empregos nos setores agrícola, manufatureiro e de serviços. Essa é a grande esperança: trabalhadores do conhecimento, cientistas, engenheiros, técnicos altamente capacitados, escritores, educadores. Mas, mesmo que fosse possível recapturar toda a força de trabalho em cada país, o que é inviável, isso levaria anos de educação – ainda assim, sempre supondo-se que isso fosse possível, o mais provável é que nunca haja um número suficiente de empregos capaz de absorver os milhões de pessoas que saem da agricultura, da manufatura e dos serviços. E isso pela seguinte razão: o que separa a era da informação da era industrial é que esta se configura pela existência de trabalho humano massificado para produzir bens e serviços, enquanto aquela se caracteriza pela presença de uma pequena elite e força de trabalho com altos níveis de educação e altos níveis de remuneração (uma empresa gerida por máquinas inteligentes e sofisticadas). (Rifkin, 1997, p.15)

O autor talvez considere que a direção tomada pelo desenvolvimento e pelo progresso seja irreversível, mas aponta as diferenças entre o capitalismo concorrencial e monopolista e entre a estrutura produtiva que caracteriza cada um deles. Ao mesmo tempo não deixa de salientar os limites: ainda que se exija maior qualificação técnica e intelectual para o trabalho, e até por isso mesmo, em uma sociedade organizada injusta e desigual, milhões serão excluídos do mercado de trabalho ou, dito de outro modo, parece prevalecer a tendência que promove mais e mais concentração de riqueza e poder.

Diante dessa realidade, o papel das organizações não governamentais, vão se estruturando ora de forma explícita, como no caso da ONG10, financiada por um grande grupo empresarial nacional composto por bancos, empresas de mineração, construtoras, ora elas produzem discursos políticos

engajados com a democracia, como no caso da ONG 5, cujo objetivo principal é a formação política e para o protagonismo dos jovens.

Ambas posturas são desejadas pelo sistema capitalista, Marcuse (1964), na obra *Ideologia da Sociedade Industrial*, aponta o modo de estruturação da racionalidade tecnológica e como essa forma de organização provoca impacto na formação das consciências, de maneira que estas sejam capturas pelo aparato, o que, por sua vez, transforma os homens em seres unidimensionais. As diferenças individuais tendem a ser apagadas ou ocultadas, mas aquilo que caracterizava a época do liberalismo inicial ainda se faz presente: o processo de formação dos indivíduos impõe certa diferenciação. No entanto, as diferenças são consideradas com formas de se garantir desempenhos cada vez mais eficientes, tendo em vista a manutenção do aparato técnico e produtivo (Marcuse, 1999).

É evidente que, num contexto como esse, onde os indivíduos perdem quase toda a possibilidade de individuação – e como no caso das ONGs, público e privado se fundem numa única esfera, no sentido de afirmar que os interesses ligados à reprodução do capital são os mesmos que os da classe trabalhadora, recorrendo-se, para isso, às noções referentes ao desenvolvimento da nação. Assim, as práticas socioeducativas desenvolvidas nesses espaços, nos quais é possível identificar fortes traços da ideologia da racionalidade tecnológica, tendem a revelar um forte caráter de ajustamento social, necessário para sobreviver numa sociedade vazia de experiências formativas e sentidos sociais. Recorrendo à Horkheimer:

Em regra geral o indivíduo aceita naturalmente como preestabelecidas as determinações básicas da sua existência, e se esforça para preenchê-la. Ademais ele encontra a sua satisfação e sua honra ao empregar todas as suas forças na realização das tarefas, apesar de toda a crítica enérgica que talvez fosse parcialmente apropriada, cumprindo com afã a sua parte. (Horkheimer, 1991, p. 44)

Ao afirmar como valor a igualdade e a justiça, as organizações deixam claro seu posicionamento político, pois, se é preciso garantir a igualdade e a justiça é por que estamos num mundo desigual e injusto. Mas, ao mesmo

tempo, focalizam suas ações na inclusão profissional dos adolescentes, desconsiderando todos os aspectos que compõem a formação dos indivíduos.

Os quadros a seguir ilustram as diferenças e os pontos em comum das propostas de ações desenvolvidas pelas organizações, o que permite a visualização do cenário no qual as ONGs atuam. O quadro 2, visa confrontar duas organizações na atuação em cada área de proposta de ação socioeducativa, é importante ressaltar, que para cada área de atuação indicada, são usadas organizações distintas como exemplo, na área de profissionalização são usadas duas organizações sorteadas entre todas as organizações pesquisadas que atuam nessa área, e assim sucessivamente. O quadro 3 visa confrontar os objetivos expressos e seus financiadores. A elaboração desse quadro seguiu a mesma lógica utilizada no quadro 2: dentre as organizações financiadas por empresas se sorteou as que comporiam o quadro. O mesmo aconteceu com as ONGs financiadas pelo poder público e pela parceria público-privadas.

**Quadro 5. Propostas de ações socioeducativas desenvolvidas pelas ONGs de acordo com as áreas de atuação.**

Áreas de atuação	Proposta de ação	Proposta de ação
<b>Profissionalização</b>	ONG1: Programa de Formação de Jovens com ênfase nas competências sociais e empreendedoras, desenvolvendo autonomia e independência em futuros profissionais.	ONG2: Centro de Formação Profissional: são oferecidas oficinas de marchetaria e atende jovens e adultos com escolarização a partir do 9º ano do Ensino Fundamental. Oferece cursos nas áreas de informática, marcenaria, panificação e confeitoria.
<b>Educação</b>	ONG3: Reforço escolar.	ONG4: Contribuição para a melhoria de vida, reflexão sobre a autonomia e a inserção social.
<b>Sexualidade</b>	ONG5: Programa de acompanhamento a adolescentes gestantes.	ONG6: Orientação sobre prevenção e diminuição de danos para jovens, com ênfase em jovens homossexuais, sobre o HIV e DST.
<b>Lazer</b>	ONG7: Projeto que estimula a criatividade e retoma as brincadeiras de rua.	ONG8: Atividades esportivas e recreativas como vôlei, futebol, basquete e brincadeiras de rua.
<b>Cultura</b>	ONG9: Projeto biblioteca e livrarias: ampliação da cultura dos jovens atendidos.	ONG10: Orquestra experimental infanto-juvenil: participação dos jovens como músicos na orquestra.
<b>Artes</b>	ONG11: Espaço Novo Movimento:	ONG12: Visita a museus.

	espaço para exposição de artistas periféricos, shows de grupos de jovens da região atendida e intervenções artísticas.	
--	--	--

**Quadro 6a. Origem dos recursos das propostas de ações socioeducativas**

Objetivos e propostas	ONG financiada pelo poder público	ONG financiada por parceria público privada	ONG financiada por empresa
<b>Objetivos expressos</b>	ONG1: Desenvolver nos jovens atendidos as habilidades e competências necessárias para a inclusão no mercado de trabalho e desenvolvimento de noções de cidadania.	ONG2: Oferecer a ampliação do universo cultural e artístico e o pleno exercício da cidadania, a partir de uma proposta de educação inclusiva.	ONG3: Desenvolver o conhecimento e as habilidades necessárias para a inserção profissional.
<b>Propostas e projetos de ação</b>	Qualificação em informática; oficinas de cultura, meio ambiente, globalização, orientação vocacional, protagonismo juvenil, sexualidade.	Oficinas de teatro, circo, música, dança, esporte e lazer.	Curso profissionalizante de assistente administrativo.

**Quadro 6b. Origem dos recursos das propostas de ações socioeducativas**

Objetivos e propostas	ONG financiada pelo poder público	ONG financiada por parceria público privada	ONG financiada por empresa
<b>Objetivos expressos</b>	ONG4: Capacitação em sexualidade e prevenção para jovens de 15 a 24 anos residentes da zona sul de São Paulo.	ONG5: Inserção sócio-profissional de jovens de baixa renda.	ONG6: Inserção de jovens no mercado de trabalho.
<b>Propostas e projetos de ação</b>	Programas de orientação e testagem para HIV e DST em polos de concentração de jovens homossexuais, capacitação de jovens para serem multiplicadores em oficinas de orientação e redução de danos para jovens, prioritariamente, jovens homossexuais.	Cursos de informática, costura, serigrafia e orientação vocacional.	Qualificação profissional nas áreas de telemarketing, construção civil, atendente de comércio e auxiliares aeroportuários (estivador).

Os quadros 2 e 3 evidenciam o que foi apontado no início do capítulo: a origem dos recursos financeiros influencia de maneira bem direta o tipo de ações propostas pelas ONGs. Cabe chamar a atenção para o aumento do

desemprego juvenil, fato este que deve ser preocupação do Estado e de toda sociedade, mas não se pode definir que as únicas possibilidades de intervenção junto à juventude pobre se resumam à qualificação profissional. E essa parece ser uma tendência verificada. No entanto, por outro lado, os quadros 2 e 3 também demonstram que, via de regra, as propostas diretamente financiadas pelo Estado tendem a oferecer ações no campo da cultura, educação e lazer. O principal problema passa a ser, então, o fato de que essas ações de caráter formativo, supostamente visando a autonomia e a emancipação, ainda que longe do conceito de formação elaborado pelos autores da Teoria Crítica da Sociedade, são a minoria em relação ao conjunto de propostas de ações socioeducativas oferecidas ao jovens da cidade de São Paulo.

Ao fim da análise, pode-se dizer que a configuração das ações concebidas pelo Estado, empresas e sociedade civil organizada, e que têm como foco a juventude pobre e vulnerável, tende supervalorizar as propostas de ações na qual estão previstas a ocupação do tempo ocioso e o enquadramento da população juvenil no mercado de trabalho. A condenação (ou a restrição) ao trabalho, entendido este como a única opção para a inserção social. Os dados desta pesquisa indicam a preocupação com o tempo livre dos jovens da classe trabalhadora, o que se constitui em uma tentativa de sufocar nessa população de mais de um milhão de indivíduos (considerando somente a cidade de São Paulo) aquilo que é mais caro: o desejo de transgredir rumo ao novo, ao diverso e ao diferente. Em outras palavras, as políticas voltadas para a juventude parecem limitar as possibilidades de experiência dos jovens.

## **Considerações finais**

O que vivemos hoje parece confirmar a formulação de Marx sobre a conversão do homem em mercadoria: a desvalorização do mundo humano aumenta à medida que as coisas são cada vez mais desvalorizadas. No entanto, novas descobertas, possíveis em razão do avanço científico e tecnológico, indicam que há tempos é possível resolver muitos dos nossos problemas como a fome ou a cura definitivamente de uma série de doenças e a prevenção efetiva de tantas outras. Isso já foi inclusive assinalado pelos autores da Escola de Frankfurt por volta da metade do século XX. No entanto, persiste e se aprofunda a desigualdade social e a injustiça.

Desde junho de 2013 vemos uma onda de jovens que saem às ruas, que festejam, reivindicam, exigem, destroem e assustam. A nova onda de rebeldia juvenil, como os *rolezinhos* – encontros de jovens da periferia, marcados nas redes sociais, em grandes shoppings centers em vários Estados do Brasil, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro –, mais uma vez coloca os jovens nas pautas das conversas e debates entre políticos, intelectuais e educadores. Diferentemente do movimento contra o aumento da passagem de ônibus, que teve seu ápice em junho de 2013, que congregou um grande contingente de jovens brancos e universitários, os tais *rolezinhos* são protagonizados por jovens negros e pobres. Essas manifestações indicam que são muito poucos os espaços nos quais os jovens das periferias das grandes cidades podem expressar-se. E, então, diversos segmentos da sociedade se veem diante da necessidade eminente de discutir as políticas de lazer e cultura para essa grande massa populacional.

E foi justamente essa discussão a proposta desta dissertação: a partir da descrição e análise de determinados aspectos relacionados à atuação das organizações não governamentais, discute-se as políticas voltadas para os grupos juvenis na cidade de São Paulo, mais especificamente procurou-se responder (ou pelo menos esboçar uma resposta) para a questão: qual é a formação oferecida por intermédio da socioeducação para os jovens abandonados e que habitam e circulam nos rincões de pobreza, violência e miséria, localizados nos extremos da cidade de São Paulo?

Os dados apresentados nesta pesquisa demonstram três situações: primeiro, não há uma orientação prioritária que privilegie os territórios com maior índice de privação juvenil; segundo, as propostas de ações socioeducativas executadas pelas organizações analisadas tendem a atender prioritariamente os desejos e expectativas dos financiadores, deixando em plano secundário as expectativas dos jovens atendidos; terceiro, o número de propostas de ações identificadas demonstra a insuficiência frente à quantidade de jovens em situação de vulnerabilidade que moram na cidade de São Paulo.

Em relação à segunda situação identificada, destaque-se que a irrupção de jovens tomando os centros de comércio e lazer da classe média e da elite paulistana demonstra que eles reivindicam espaços em que seja possível a expressão de seus anseios – que não estão restritos a garantia da sobrevivência. Nesse sentido, de certa maneira tais movimentos podem ser entendidos como questionamento ao que a cidade oferece para seus moradores em termos de educação, saúde, cultura, moradia etc. também podem ser compreendidos como questionamento ao que é imposto ao jovem pobre: o fardo do trabalho.

Mas não podemos olhar para esse fenômeno enxergando nele apenas aquilo que gostaríamos. É importante admitir: estamos diante de uma situação ambígua em que se verifica um conflito: de um lado, uma juventude sedenta por novas possibilidades, de outro lado, essa mesma juventude busca justamente do que é imposto como lazer e diversão para ser vivida no tempo livre. O que buscam é a integração à sociedade que prioriza o consumo e que transformou a cultura em mercadoria, como já nos ensinaram Horkheimer e Adorno (quando analisam o que denominaram de indústria cultural), e não a transformação das condições objetivas que levaram a essa situação. Mas, ainda assim é fundamental não perder de vista o potencial crítico dos novos movimentos da juventude, pois pode também tratar-se de uma tentativa de fugir das imposições e da doutrinação impostas aos jovens pobres.

De uma forma geral, mesmo que em pequena escala, as organizações não governamentais conseguem cumprir parte daquilo que se propõem a fazer: a “formação”, não exatamente tal como defina por Adorno, mas no sentido de conseguir realizar um trabalho que atinge parcela significativa de jovens pobres e que modifica a vida desses jovens, ainda que prevaleça a tendência

predominante à adaptação e à integração na sociedade burguesa capitalista. Mesmo atendendo um grupo reduzido de jovens da periferia, elas os atendem e muitos conseguem ser bem sucedidos naquilo que lhes é oferecido (conseguem um emprego, voltam a viver com a família, por exemplo). As organizações, na descrição das suas propostas de ações socioeducativas desenvolvidas com os jovens pobres, deixam transparecer o quanto estão envoltas e são determinadas pela ideologia da racionalidade tecnológica, além de fornecer pistas que permitem vislumbrar os caminhos seguidos pela pseudoformação como forma predominante de educação e de relação com a cultura.

As experiências dos jovens, como usuários dos programas propostos pelas ONGs não são controladas por eles mesmos, mas sim mediadas pelo conjunto de normas, regras e expectativas esperadas e motivadas nesses jovens. Ora, se só há projetos de qualificação profissional numa determinada região da cidade, o que cabe ao jovem morador dessa região? Ou aceita e se submete a participar da qualificação profissional (mesmo que preferisse um projeto de artes) ou rejeita essa possibilidade e continua privado do seu direito de acesso às políticas sociais e, principalmente, da possibilidade de alguma forma de inclusão social ou inclusão cidadã (como é descrito nos sítios eletrônicos de muitas organizações). Há ainda uma terceira opção: a não aceitação de nenhuma das alternativas oferecidas e a “escolha” pela criminalidade. Todos esses caminhos são tortuosos, de privação e negação. Mas, se realmente queremos um mundo justo, humano e solidário, devemos urgentemente repensar a formação da juventude. Senão, eles nunca passarão de uma massa de trabalhadores, reprimidos e oprimidos, vivendo uma vida de miséria, desgraça, pobreza e sofrimento. Os jovens pobres e marginalizados, pela sua própria situação de vulnerabilidade, pedem mais atenção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. 1995. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra.
- ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. 1985. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ADONRO, T. W. e HORKHEIMER. M. 1971. *Sociologica*. Madrid: Taurus.
- ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Secretaria Municipal de. 2004. *Mapa da Vulnerabilidade Social da Cidade de São Paulo*. São Paulo.
- BATISTA, Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva. 2008. *A formação do indivíduo no capitalismo tardio: um estudo sobre juventude contemporânea*. Doutorado. PUC-SP.
- BENJÓ, Luciana Lopes Dias, 2006. *A exclusão social e legal do menor infrator ao longo da história contemporânea e no Brasil*. Mestrado. Universidade Cândido Mendes.
- BENJAMIM, W. 1984. *A criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Summus.
- BERTONI, Luci Mara. 2003. ANPED. *O discurso dos excluídos da escola*. GT de Movimento Social.
- BRÓIDE, Jorge. 2006. *A psicanálise nas situações sociais críticas: uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias*. Doutorado. PUC-SP.
- CONH, Amélia. 2003. *A construção do mapa da juventude de São Paulo*. Lua Nova. N.60.
- DAYRREL, Juarez. 2003. *O jovem como sujeito social*. Revista Brasileira de Educação. N.24.
- DIREITOS HUMANOS, Secretaria Nacional de. 2004. *Plano Nacional da Juventude*. Brasília.

FESTINGER, Leon. 1974. *A pesquisa na psicologia social*. Rio de Janeiro: FGV.

FREIRE, Ângela Biazi. 2003. *A juventude e os processos de formação cultural*. Doutorado. USP

FREITAS, Maria Virginia de (org). 2004. *Juventude e adolescência no Brasil: referencias conceituais*. São Paulo: Ação Educativa.

GIOVINAZZO JUNIOR, Carlos Antonio. 2003. *A educação escolar segundo os adolescentes: um estudo sobre a relação entre a escola e seus alunos*. Doutorado. PUC-SP.

GOHN, Maria da Glória. 1994. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. 1997. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola.

HUGHES, Pedro Javier Aguerre. 2003. *Periferia: um estudo sobre a segregação socioespacial na Cidade de São Paulo*. Doutorado. PUC-SP.

JUVENTUDE, Coordenadoria da. 2005. *Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo*. São Paulo

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. 2011. *Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual*. Revista Sociedade e Estado. V.26 n.03.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. 2003. ANPED. *A gestão da pobreza juvenil: uma análise de um programa federal de inclusão social para jovens pobres*. GT de Movimento Social.

LOPES, Roseli Esquerdo et all. 2008. *Juventude pobre, violência e cidadania*. Saúde e Sociedade. V.17 n.3.

MAAR, W.L.. 2003. *Adorno, semiformação e educação*. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 24, n. 83, p: 449-476.

MACHADO, Amanda dos Santos. 2011. *Juventude, reconhecimento e justiça social nas agendas de políticas públicas do Brasil*. Mestrado. UFRGS.

MARCUSE, H. 1964. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_. 1968. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Guanabara.

\_\_\_\_\_. 1999. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Unesp.

MARTINS, Carla Benitez. 2011. *O (dês) controle social do capital: contribuições para uma análise dialética da criminalização da juventude popular brasileira*. Mestrado. UFSC

MATIAS, Dilza Silvestre Galha. 2002. *Crise, demandas e respostas fora de lugar*. Mestrado. PUC-SP

MIRA, Maria Celeste. 2009. *Sociabilidade juvenil e práticas culturais tradicionais na cidade de São Paulo*. Sociedade e Estado. V.24 n.2

MIRANDA, Alessandra de Moura. 2004. *O desenvolvimento da noção de criança, seus direitos e maioridade penal*. Mestrado. Universidade Estácio de Sá.

MOREIRA, Ana Cleide Guedes et all .2009. *Quem tem medo do lobo mal?* Revista Latino Americana de Psicopatologia. V.12 n.4

NASCIMENTO, Arlindo Mello do. 2006. *Transições para a vida adulta: revisão bibliográfica e olhar na situação brasileira no período de 1970-2000*. Mestrado. Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

NEVES, Delma Pessanha. 2006. *Juventude, trabalho e instituições filantrópicas*. Saúde e Sociedade. V.15 n.3

NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiros. 2003. ANPED. *Juventude: entre a indisciplina e a zoação*. GT de Movimento Social.

OLIVEIRA, Adriana Dias de. 2011. *(Dês)encontros da juventude contemporânea: a violência simbólica escolar como sintonia*. ANPOCS.

OLIVEIRA, Lívia Rodrigues de. 2011. *Os significados do trabalho para a juventude: um estudo sócio histórico com adolescentes ricos*. Mestrado. PUC-SP

OLIVEIRA, Maria Cecília da Silva. 2010. *As políticas de prevenção da juventude da America Latina: o caso ILANUD*. Mestrado. PUC-SP

PAIS, José Machado. 2008. *Máscaras, jovens e escolas do diabo*. Revista Brasileira de Educação, v.13. n.37

RESENDE, Camila Miranda de Amorim. 2010. *Juventude: etapa da vida ou estilo de vida?* Psicologia e Sociedade.

RIBEIRO, Rosana. 2009. *Juventude(s): desocupação, pobreza e escolaridade*. Nova Economia.

RODRIGUES, Anelise Lopes. 2008. *A desportivização das políticas públicas para a juventude: discursos salvacionistas e práticas compensatórias*. Mestrado. PUC-RS.

SANEH. Giuliano. *Competição, irreflexão, conformismo: crítica à cultura da adaptação*. Doutorado. UFSC.

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. 2009. *Jovens pobres em contexto urbano: entre a escola e o trabalho*. ANPOCS.

SILVA, Carla Regina. 2011. *Percursos juvenis e trajetórias escolares: vidas que se tecem nas periferias das cidades*. Doutorado. UFSCAR.

SILVA, Roselani Sodré da. 2011. *Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios*. Caderno CRH. V.24 n.63

SPOSITO, Marília. 2005. *Indagações sobre as relações entre a juventude e a escola no Brasil: instituição tradicional e novos significados*. Revista de Estudos sobre Juventude.

\_\_\_\_\_ (org). 2006. *Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios e regiões metropolitanas*. Revista Brasileira de Educação. V.11 n.32

\_\_\_\_\_. 2003. *Os jovens no Brasil: desigualdades e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa.

\_\_\_\_\_. (org). 1997. *Juventude e Contemporaneidade*. ANPED.

\_\_\_\_\_. 2003. *Juventude e Políticas Públicas no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. N.24.

\_\_\_\_\_. (coord). 2009. *O estado da arte sobre a juventude na pós graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, volumes 1 e 2.

UNESCO. 2004a. *Juventude: outros olhares sobre a diversidade*.

\_\_\_\_\_. 2004b. *Políticas Públicas de/para/com a juventude*.

VIEIRA, Joice Melo. 2009. *Transição para a vida adulta em São Paulo: cenários e tendências demográficas*. Doutorado. UNICAMP

WAISELFISZ, Julio Jacobo. 2007. *Relatório de Desenvolvimento Juvenil*. Instituto Sangari.

## Anexos

### **1. Formulário de coleta de dados nos sítios eletrônicos das organizações não governamentais**

Projeto de Pesquisa - Formação de Jovens em Situação de Altíssima Vulnerabilidade Social: análise do trabalho desenvolvido pelas ONGs na Cidade de São Paulo

Banco de dados do projeto de pesquisa - Formação de Jovens em Situação de Altíssima Vulnerabilidade Social: análise do trabalho desenvolvido pelas ONGs na Cidade de São Paulo. Pesquisadora: Jaqueline Conceição da Silva

\*Obrigatório

#### **1. Dados da Instituição**

Nome \*

Endereço Eletrônico \*

Endereço Físico \*

Telefone \*

E-mail: \*

Nome do presidente/diretor/coordenador: \*

Formação/Titulação: \*

Possui registro ativo nos conselhos: \*

COMAS  CMDCA

#### **2. Dados sócioeducativos**

Faixa etária atendidas: \*

- 15 - 17
- 18 - 21
- 21 - 24
- 18 - 24
- 15 - 24
- 16 - 24
- 16 - 18
- 17 - 21

17- 24

15 - 18

Áreas de atuação: \*

Educação

Cultura/artes

Profissionalização

Lazer  Sexualidade

Educação/Cultura

Educação/Profissionalização

Educação/Lazer

Educação/Sexualidade

Cultura/Profissionalização

Profissionalização/Lazer

Profissionalização/Sexualidade

Cultura/Lazer

Cultura/Sexualidade

Lazer/Sexualidade

Sexo dos usuários: \*

Masculino

Feminino

Misto

Projetos e/ou ações socioeducativas desenvolvidas (descrição o mais detalhada possível,inclui materiais, local, recursos pedagógicos e outros): \*

Financiador: \*

Município

Estado

União

Empresa

FUNCAD

o Poder Público e Capital Privado

3. Avaliação Institucional \*

o Sim

o Não

Índice de Vulnerabilidade Social \*

o Nenhuma Privação

o Privação Muito Baixa

o Baixa Privação e Presença de Família Idosa

o Média - Baixa Privação e Presença de Famílias Idosas o Media Privação e Presença de Famílias Adultas

o Alta Privação e Presença de Famílias Jovens o Alta Privação e Presença de Famílias Adultas o Altíssima Privação

Índice de Vulnerabilidade - Sócio Juvenil \*

o Nível 1 - Nenhuma Vulnerabilidade Sócio - Juvenil

o Nível 2 - Muito Baixa Vulnerabilidade Sócio - Juvenil

o Nível 3 - Baixa Vulnerabilidade Sócio - Juvenil

o Nível 4 - Altíssima Vulnerabilidade Sócio - Juvenil

Distrito \*

o Bela Vista

o Sé

o Consolação

o Morumbi

o Santa Cecilia

o Campo Belo

o Moema

o Vila Andrade

o Santo Amaro

o Santana

o Vila Mariana

o Ipiranga

- o Pinheiros
- o Lapa
- o Bom Retiro
- o Mooca
- o Jaguaré
- o Vila Leopoldina
- o Barra Funda
- o Butantã
- o Vila Sônia
- o Cambuci
- o Perdizes
- o Vila Maria
- o Belém
- o Penha
- o Água Rasa
- o Vila Guilherme
- o Aricanduva
- o Tatuapé
- o Vila Prudente
- o Jaçana
- o Jabaquara
- o Socorro
- o Freguesia do Ó
- o Campo Grande
- o Carrão
- o Pirituba
- o Cidade Ademar
- o Cidade Tiradentes
- o Cachoeirinha
- o São Mateus
- o Perus
- o Ermelino Matarazzo
- o Guaianazes
- o Itaquera

- o Campo Limpo
- o Jardim São Luiz
- o Jardim Ângela
- o Parelheiros
- o Tremembé
- o Brasilândia
- o Capão Redondo
- o Cidade Dutra
- o Grajaú
- o Jaraguá
- o Pedreira
- o São Lucas

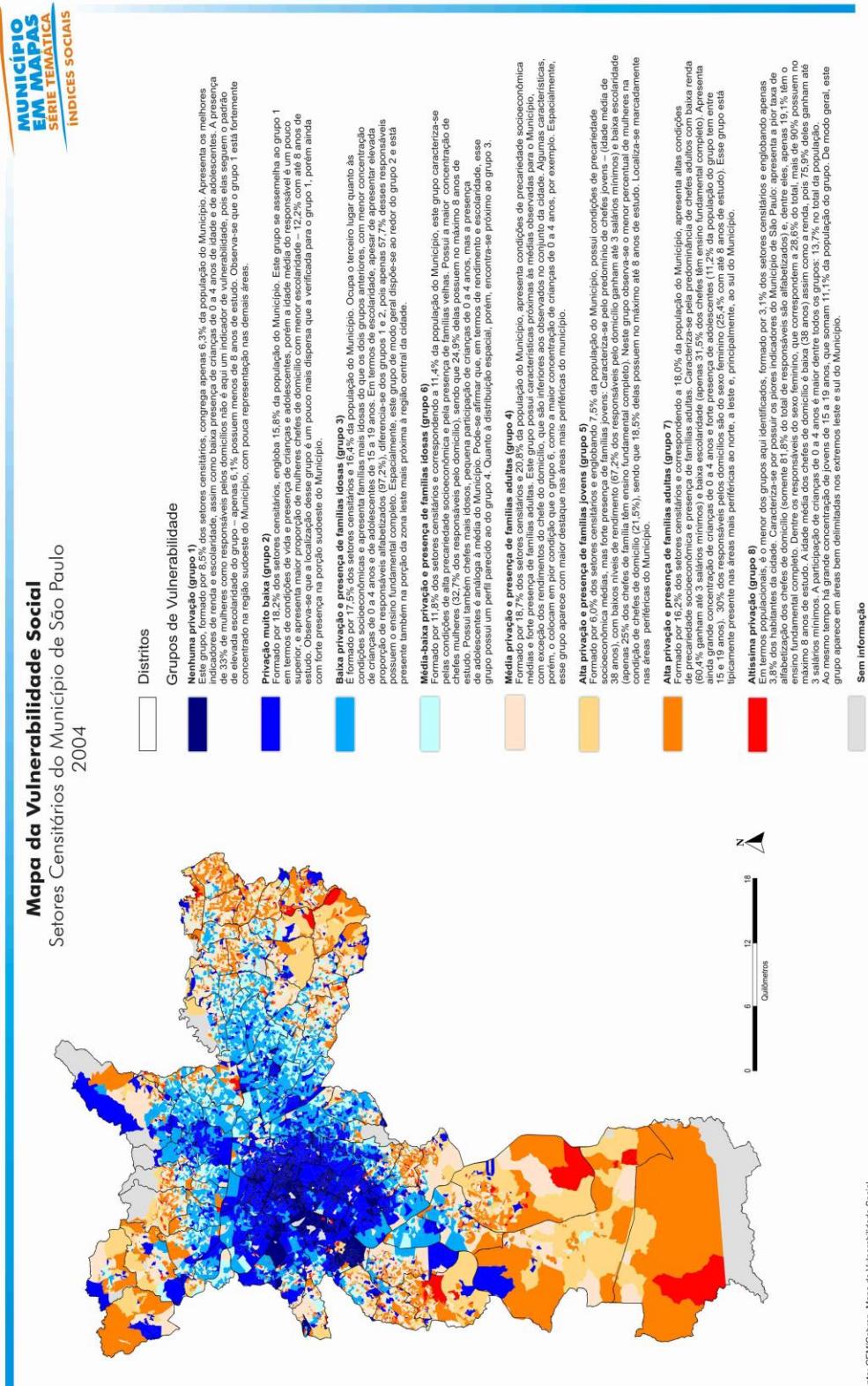
Instituição religiosa \*

- o Sim
- o Não

Nunca envie senhas em formulários do Google.

Endereço eletrônico:

<https://docs.google.com/forms/d/1RAcSZIsw9UL6UUkLLjW1zsl2g58fHSPyyyuePoglveEs/viewform>



Fonte: CEM/CensoP. Mapa da Vulnerabilidade Social.